



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 088

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 2014

ANO III

## SUMÁRIO

|                                    |      |
|------------------------------------|------|
| TAQUIGRAFIA .....                  | Capa |
| ADVOCACIA GERAL .....              | 1116 |
| SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES ..... | 1117 |
| SUP. DE RECURSOS HUMANOS .....     | 1120 |

## TAQUIGRAFIA

### ATA DA 7ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA, ADOLESCENTE, MULHER E IDOSOS, EM JI-PARANÁ.

Em 30 de maio de 2014  
(Às 9 horas e 37 minutos é aberta a Sessão.)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e Senhores bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação em Plenário de Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Edvaldo Soares, realiza hoje Audiência Pública na Câmara Municipal de Ji-Paraná com o objetivo de debater sobre as Políticas Públicas direcionadas à Proteção da Criança, do Adolescente, da Mulher e do Idoso.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Edvaldo Soares, proponente desta Audiência Pública. Excelentíssimo Senhor Vereador Joaquim Teixeira, representando a Câmara Municipal de Ji-Paraná. Senhora Sônia Reigota, Secretária Municipal de Assistência Social, representando Prefeito de Ji-Paraná. Excelentíssima Senhora Doutora Ana Valéria de Queiroz Santiago Ziparro, Juíza da Vara da Infância e Adolescência. Doutora Conceição Forte Baena, Promotora de Justiça, representando o Ministério Público

Estadual. Dr. Leandro Mainardes, Defensor Público da Comarca de Ji-Paraná. Dra. Elaine Franco, representando a OAB, subseção/Ji-Paraná. Pastor Floriano, Fundador do Centro de Recuperação Nova Vida – Ji-Paraná.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de debater as Políticas Públicas direcionadas à Proteção da Criança, do Adolescente, da Mulher e do Idoso.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para, em sinal de respeito, ouvirmos o Hino *Céus de Rondônia*.

### (Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Quero agradecer a Deus por esta oportunidade de estarmos reunidos aqui para tratar de um assunto tão importante, tão latente no Estado de Rondônia. Quero agradecer ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Hermínio Coelho, que gentilmente concordou quando fiz a propositura desta Audiência Pública em Ji-Paraná e agradecer a presença de todos aqui. Estou muito feliz com a presença de vocês, esse público seletivo, e peço ao Mestre de Cerimônias que registre a presença das demais autoridades que nos honram neste dia com suas presenças.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Registramos a presença do Tenente Cel. PM Machado, que é o Coordenador Regional de Policiamento I da região de Ji-Paraná; a senhora Maria Silva Santos, da Unidade Sócio-Educativa da SEJUS, em Ji-Paraná; senhora Ilze Gouveia, representante da Secretaria de Finanças de Ji-Paraná; senhor Monclar Pereira, Delegado de Saúde em Ji-Paraná; Tenente Cel. PM Plínio, Comandante do 2º Batalhão, aqui no município de Ji-Paraná; senhora Arlete Ferreira Klen, Presidente da APAE/RO; Inspetor Paulo Fernando,

#### MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**  
1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**  
2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**  
  
1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**  
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**  
3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**  
4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**  
Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE  
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO  
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia  
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

representando a 21ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal RO/AC; senhora Carla Vieira, Secretária da AMAGI – Associação dos Amigos dos Autistas de Ji-Paraná; Maria Lúcia Cardoso, Assistente Social do CRAS; senhor Daniel Torres de Assunção, Presidente da Associação dos Idosos do Estado; senhora Ana Papa, representando a Secretaria Municipal de Educação; senhora Juliana Aparecida do Carmo, representante da SEJUS, representando o Excelentíssimo Senhor Cel. PM da Reserva Remunerada, Paulo César de Figueiredo, o atual Secretário de Justiça; senhor Joaquim Silvério Filho, Associação dos Idosos; Sueli Moscoso, representando a Secretaria de Segurança de Alvorada do Oeste; senhor José Antônio de Medeiros, representando a SEDUC; senhor Aristeu Machado, psicólogo, representando o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, Jardim dos Mirantes; senhor Geovani de Souza Oliveira, aluno da APAE e também as pessoas que previamente estão inscritas para falar. E também o Excelentíssimo Deputado informa a todos que, por motivo óbvio, não estão compondo a Mesa, mas estão inscritos previamente para falar; registramos a presença da senhora Rosilene Silva, Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia; Pastor Aldair, da Igreja Evangélica Assembleia Cristã de Ji-Paraná; Tenente Cel. PM Elizabeth Silva Nunes, dentista, representando o PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência; senhora Gersa Vargas da Silva Vieira, Instituto de Pesquisas de Rondônia; professor Dr. Carlos Alberto Paraguassu Chaves, da Fundação IPRO. Essas pessoas inscritas no momento, como também os componentes da Mesa irão fazer uso da palavra.

Registramos também aqui Ofício nº 053/2014. “Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Hermínio Coelho e também ao Deputado Edvaldo Soares. Assunto: Audiência Pública para debater sobre as Políticas Públicas direcionadas à Proteção da Criança, do Adolescente, da Mulher e do Idoso.

Ao cumprimentá-los, é com elevada honra que me dirijo a Vossas Excelências para justificar minha ausência por conta de atividades anteriormente agendadas.

Cleide Beccária, Chefe de Gabinete da Vereadora Márcia Regina, aqui de Ji-Paraná.”

E também registrar a presença do ex-Deputado estadual, ex-Prefeito do município de Presidente Médici, Antônio Geraldo, que está presente conosco aqui nesta Audiência Pública; o senhor Romildo Pereira, Secretário Executivo Regional de Governo e a senhora Márcia José da Silva, da APAE, do município de Ji-Paraná. Também a todas as senhoras e senhores que aqui estão presentes para participarem da Audiência Pública; demais Oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado de Rondônia. Antes das discussões da Audiência Pública proposta para esta manhã, senhoras e senhores, a Assembleia Legislativa, por indicação do Excelentíssimo senhor Deputado Edvaldo Soares, fará neste momento a entrega da Medalha do Mérito Legislativo, a mais alta comenda da Assembleia. São merecedoras desta Medalha as pessoas que realizaram bons trabalhos em prol do desenvolvimento do Estado e da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. É merecedor da comenda o 3º Sargento da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Adelson Pereira Rodrigues.

Convidamos o agraciado aqui à frente da Mesa juntamente com Sua Excelência o senhor Deputado Estadual Edvaldo Soares, proponente desta comenda.

### **(Entrega da Medalha do Mérito Legislativo)**

Registramos ainda as presenças da senhora Kamila Cazula, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Ji-Paraná; Excelentíssimo senhor Marcos Rogério, Deputado Federal da bancada de Rondônia; Dra. Fabiana Braguin, Delegada de Polícia Civil, em Ji-Paraná.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Quero dizer a todos que vieram participar desta Audiência. Esta Audiência tem o objetivo de identificar os problemas encontrados na implantação dos programas governamentais do poder público, Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, no tocante aos direitos da criança, do adolescente, mulher e idoso. Determinar estratégias conjuntas para que o poder público possa avançar nas questões relativas a esse cidadão, criar uma agenda de debate para que seja alcançado um patamar equilibrado entre o número de demandas nesses segmentos e as ações empreendidas pelo poder público. Portanto, neste momento, convidamos para fazer uso da palavra a Excelentíssima senhora Ana Valéria de Queiroz Santiago Ziparro, Juíza da Vara da Infância e Adolescência.

A SRA. ANA VALÉRIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPARRO – Bom dia a todos. Excelentíssimo senhor Edvaldo Soares, Deputado Estadual, proponente desta Audiência Pública; saúdo a todos os presentes e componentes da Mesa na sua pessoa. Eu sei do interesse que o senhor tem na área desde que assumiu a Comissão e tenho visto alguns resultados práticos quanto a isso, principalmente na nossa unidade de internação.

Bom, eu até estava me perguntando qual seria o nosso interesse aqui. Gostei da explanação do senhor com relação a apontar algumas necessidades, e necessidades nós temos muitas aqui em Ji-Paraná, como é de conhecimento da nossa população e das pessoas aqui presentes. Eu até tomei a liberdade de fazer algumas anotações aqui no início com relação a algumas coisas de maior destaque e que têm a ver com a atuação do Poder Judiciário. Já é de conhecimento notório que nós não temos mais os Comissários de Menores aqui no nosso Estado. Então, hoje assumem esse papel os Conselheiros Tutelares, que brilhantemente, apesar de um quadro reduzido de 05 Conselheiros em cada Conselho, eles têm conseguido sanar essa nossa ausência. Então, é uma coisa que nós estamos ainda em fase de transição porque ficou um vazio. O Comissário que antes fazia as fiscalizações nas ruas com relação às portarias judiciais, presença de adolescentes em festas, locais impróprios, venda de bebida alcoólica, omissão do poder familiar, toda situação de risco de criança e adolescente, agora ficamos no vácuo que está sendo ocupado pelo Conselho Tutelar e precisamos rever uma estrutura que favoreça, que eles assumam com maior eficácia esse serviço. Então, nós temos hoje Comissários que fazem rodízio final de semana com a ajuda da Polícia Militar, o que é um contingente muito pequeno para a nossa população.

Então, isso é uma coisa que nós temos que ver através de legislação, através de melhorias com relação à estrutura do Conselho para que esse serviço não fique no vazio. Qual é o efeito que nós já estamos constatando com essa ausência do Comissariado na rua? Aumenta a quantidade de criança e adolescentes em situação de risco, aumenta a procura dos pais com os filhos nessas situações buscando socorro do poder público; aumenta a quantidade de meninos envolvidos com atos infracionais, porque hoje eles são vítimas da omissão, amanhã eles estão cometendo atos infracionais, então aumentou muito mais a demanda judicial, consequentemente aumenta a necessidade, as vagas nas unidades de internação, hoje nós estamos com a unidade com 16 vagas praticamente lotada e tudo isso vai num círculo vicioso que nós temos que romper de alguma forma. Ponto e vírgula com relação aos Comissários de Menores, vamos falar da nossa unidade.

Peço mais uma vez a interferência, precisamos ter uma força de união para que a unidade nova seja entregue. Nós já temos uma unidade aí praticamente construída e aí falta bem pouco, soube até que recentemente estavam já limpando a unidade, achei que já era para entrega, mas parece que eram obras derradeiras. Então, nós não temos ainda uma data eficaz de entrega efetiva e nós precisamos dessa unidade, porque lá vai ser implementado um novo tipo de medida socioeducativa, que é de semi-liberdade que também vai ter um efeito muito satisfatório na questão dos adolescentes aqui em Ji-Paraná, e paralelo a isso, nós temos ainda que sempre chamar a atenção das necessidades do abrigo municipal, do CRAS, das outras entidades que aqui também precisam de atenção e que nós ainda temos muito que fazer. Então, Ji-Paraná ainda precisa, o meu sonho, eu acho que seria de todo mundo, de que realmente a criança e o adolescente fossem tratados com a prioridade que requer. Pelo menos na Vara da Infância, nós tentamos dar agilidade aos procedimentos para que isso aconteça, só que a gente só cuida das demandas que chegam a nós e eu sei que tem muitos profissionais aqui que trabalham com essa demanda que é deles e que fica lá na sociedade e que muitas vezes não é judicializada por não haver necessidade ou porque de fato, às vezes, não chegam nem ao conhecimento dos profissionais. Então, nós temos que manter essa prioridade. Vou falar da infância e juventude por ser a área que eu atuo, mas obviamente, como cidadã, sei da necessidade que tem aqui com relação à defesa da mulher, principalmente a defesa do idoso, que a gente ainda vê muita carência até no cumprimento do Estatuto e eu tenho certeza que a Audiência de hoje, ela vai ser bastante salutar para isso.

Obrigada, Deputado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhor Presidente desta Audiência Pública, Deputado Edvaldo Soares, registramos aqui, por meio da assessoria do Excelentíssimo Deputado José Eurípedes, 1º Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, a impossibilidade da participação do eminente Deputado, que por motivo de força maior não teve como se fazer presente neste evento.

Outrossim, o Deputado Lebrão faz saber que apoia todo e qualquer movimento em defesa da sociedade rondoniense e não seria diferente nesta discussão de políticas públicas voltadas

para a defesa e proteção da criança, do adolescente, da mulher e do idoso.

Registramos também a presença das senhoras Ana Paula Borges, Tarciana Costa, representando a Secretaria de Estado de Assistência Social; senhora Maria Daiana Barbosa, representando o SENAC, no município de Ji-Paraná.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Muito bem. A Dra. Ana Valéria está aguardando uma ligação com compromissos. Enquanto não acontece essa ligação, ela fica com a gente. Evidentemente, ela vai novamente retomar a fala mais tarde, porque o objetivo, como disse aqui, é que nós criemos um relatório sobre tudo que for falado, debatido aqui para que nós possamos encaminhar através da Comissão, estar fazendo novos debates para que realmente a gente consiga fazer, Doutora, com que as leis realmente sejam aplicadas.

Então, eu gostaria de dizer para as pessoas que vão usar a fala que podem ficar à vontade para explanar os assuntos que não sejam só tecnicamente, porque é importante demais esse momento aqui, eu vejo que parece que é a primeira neste ano, é a primeira vez em 15 anos que a Comissão da Assembleia se reúne em Ji-Paraná para tratar deste tema. Então, me sinto orgulhoso como Presidente desta Comissão. Eu gostaria realmente de aprofundar esse tema. Agradecendo aqui a presença do nosso Secretário Regional Romildo Pereira, que neste ato aqui representa o Governador Confúcio Moura. Eu quero agora passar a palavra à Dra. Conceição Forte Baena, ela que é Promotora de Justiça, representando aqui o Ministério Público Estadual.

A SRA. CONCEIÇÃO FORTE BAENA – Olá. Bom dia a todos. Eu vou pegar gancho aqui na palavra da Dra. Ana Valéria e reforçar a situação em vários pontos. Nós vamos começar pelo Centro de Internação. Hoje, o Estado tem em construção um centro para internação de adolescente com capacidade para 54 adolescentes, enquanto o nosso atual Centro de Internação, com capacidade para 14, funciona muito mal, vários direitos ali dos adolescentes não são observados, porque o Estado não está cumprindo o seu papel. Por exemplo, uma coisa muito importante do Centro de Internação a fazer é ressocializar o adolescente. Isso não tem feito. Hoje, por incrível que pareça, eu fiz uma visita essa semana lá no Centro, o Centro não tem convênio com nenhuma entidade para profissionalizar o adolescente ali interno. Então, o quê que a gente está fazendo com esse adolescente? Aí eu chamo a atenção do Estado. Cadê você, Estado de Rondônia? O que você tem feito? É só internar e deixar o adolescente jogado ali? Esse adolescente, ele volta para a rua e ele volta a delinquir, por quê? Porque ele não se ressocializa, ele fica internado ali como se ele fosse um preso maior, normal. Então, assim, a gente, como Estado, a gente está brincando de internar e o adolescente não está ressocializando.

Eu ajuiizei ano passado, no final do ano passado, uma ação contra o Estado, pedindo que alguns direitos básicos dos adolescentes fossem respeitados, tais quais: visita íntima. Às vezes o adolescente tem união estável, a mulher não pode ir lá visitá-lo porque o Centro não tem espaço adequado. Capacitação dos socioeducadores. Eles não têm capacitação periódica. Aí a gente vai conversar, o Socioeducador vai falar:



“Mas o adolescente é rebelde”. Se ele não fosse rebelde ele não estava internado. Ele precisa. Então, o quê que acontece? O Socioeducador, ele tem que ser capacitado, e cadê o Estado fazendo curso de capacitação? Olha, pasmem, o Centro de Internação funciona aqui em Ji-Paraná há muito tempo, eu estou aqui há pouco tempo, há menos de dois anos, o Centro não tem um plano de trabalho registrado no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Esse plano de trabalho ele vai trazer a diretriz, a rotina de trabalho, quais são as políticas ali a serem aplicadas para a execução das medidas. Não tem. Aí eu vou chamar a atenção: de quem é essa obrigação, é do município? Não. Essa está no SINASE, está no ECA, é do Estado. E o Estado, o que ele tem feito? Nada. Não tem feito nada.

Hoje o Centro tem uma assistente social, tem um psicólogo, que ele trabalha, tem quarenta e poucos socioeducadores e nós temos 14 adolescentes internos. Sobra pessoal, mas falta seriedade. É como o Deputado falou, são 15 anos aqui, não se tem uma audiência para discutir isso. Não é questão de discutir, eu mando relatório, volta e meia eu faço visita ao Centro, a cada dois meses, que providências são tomadas? Então, eu peço, Deputado, represente o nosso Estado, vamos conversar com a SEJUS e fale: vamos levar sério isso aí, gente, vamos levar a sério, porque já passou da hora”. Por que tem rebelião no Centro? Porque ninguém leva a sério.

Outro ponto importante: se a Audiência é pública, a gente não pode ficar fazendo de conta. Vamos lá. Se fala aqui que é para defender o interesse da mulher. O maior problema da mulher hoje é violência doméstica. Cadê que o Estado hoje tem uma unidade para acolhimento da mulher que tem que sair do lar? Cadê? Eu desconheço isso. Aí é muito fácil falar: “Tem a Lei Maria da Penha”. Mas, aí, o marido às vezes não quer sair de casa, a mulher precisa sair correndo e levar os filhos. Vai ficar aonde? Vamos parar de fazer de conta.

Outro problema gravíssimo que a gente tem aqui: o CREAS e o CRAS. São Centro de Referência da Assistência Social que têm uma função muito importante para fazer valer os direitos da criança e do adolescente, que eles tentam fortalecer o vínculo da família e tentam dar atendimento à criança e ao adolescente, que é vítima de abuso sexual ou uma situação de crime. Gente, esse pessoal trabalha pela camisa, não tem estrutura nenhuma. Até esses dias tinha o Aristeu, que está até na plateia ali, como psicólogo, para atender toda cidade de Ji-Paraná. Você acha que ele como psicólogo vai fazer um trabalho de qualidade? Vamos abrir a janela para a responsabilidade. De quem é essa responsabilidade? É do município, mas é do Estado também, Deputado. O quê que o Estado está investindo em assistência social? O quê que o Estado está investindo? Cadê o projeto para se investir, para melhorar o orçamento, para destinar verba para a Assistência Social? Como é que a gente tem coragem de falar que a gente tem um CRAS que funciona com um psicólogo? Aí fala: “Mas, Doutora, qual a importância disso?”. É muito simples: Disque 100. Vocês viram uma criança que é vítima de abuso sexual, o Disque 100 manda para o meu e-mail, eu abro, quem que eu mando investigar a denúncia do Disque 100 para saber se a criança ou o adolescente está sendo vítima de abuso sexual, se ela está sendo negligenciada pelo pai, se está matriculada, se não está? Eu mando ofício para o CRAS. Como é que o CRAS vai atender 130 mil habitantes, como, gente, com essa equipe?

O município, ele está fazendo de certo modo uma parte da obrigação dele. É muito pouco ainda. Mas e o Estado, cadê o orçamento que o Estado está destinando para auxiliar o CRAS e CREAS? É muito bonito colocar lá: Tem Disque 100 que funciona. Funciona no papel, na prática não funciona, não ressocializa, essa é a realidade, gente. Essa é a realidade. Cadê o orçamento que o Estado está destinando? Não tem.

Outra situação importante: é blá, blá, blá, que existe muito direito da criança e do adolescente. Só que é assim: criança não pode, menor de 18 não pode tomar bebida alcoólica, menor de 18 não pode se envolver com droga, menor de 18 tem horário para estar na rua, não pode participar de tudo quanto é festa. Se nós fôssemos um país sério, um Estado sério, tinha gente para fiscalizar. Qual é o órgão que o Estado de Rondônia criou para fiscalizar essas crianças que estão fora da rua? Cadê? Cadê o órgão que o município criou para isso?

Olha, o Comissariado foi extinto e foi extinto com razão jurídica. O Poder Judiciário não é o Executivo, não é ele que tem obrigação de fiscalizar. Quem tem que fiscalizar é o Executivo, ele tem que criar uma pasta e fiscalizar, tinha que ter dentro de uma Secretaria ali, ou uma Secretaria específica para fiscalizar a gurizada que está aí, que está tomando bebida alcoólica, quem está vendendo essa bebida alcoólica, festa, essas festas que tem e a EXPOJIPA. Nós temos 10 Conselheiros para fiscalizarem a EXPOJIPA. Gente, vamos levar a sério, se isso aqui não é uma brincadeira, eu deixo o questionamento: Estado de Rondônia e o município de Ji-Paraná, cadê o órgão criado para fiscalizar os direitos da criança, para lhe conferir proteção integral?

Porque para ter proteção integral é dizer: vamos verificar se o direito está sendo respeitado. Os direitos sendo respeitados, é a criança não estar tomando bebida alcoólica, é a criança estar na escola. Quem vai fiscalizar? O Conselho tem uma função diferente, a função do Conselho não é ficar fiscalizando festa, não. A função do Conselho Tutelar não é verificar se o bar está vendendo bebida alcoólica, essa não é a função do Conselho. Os Conselhos são os braços do Juiz, do Promotor, da sociedade, para pegar a criança que está em situação de risco e aplicar a medida de proteção, quais sejam: orientação, encaminhamento aos pais, matrícula na escola. Em nenhum lugar está escrito que ele tem que ficar lá de porteiro de festa que tem na cidade.

Então, gente, desculpe o desabafo, mas assim, se a ideia era discutir e para não falar a verdade, chamaram a pessoa errada, porque eu trabalho com isso faz tempo, estou cansada de ver, estou ajuizando várias ações e eu peço clemência para o Estado de Rondônia e o município a tomar providência nisso aí. Muito obrigada.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Eu quero registrar a presença do senhor Raimundo Cristovão, Presidente do Projeto Esperança de Uma Criança, do município de Ji-Paraná; senhor Wesley Cardoso, Diretor Geral da Unidade Socioeducativa da SEJUS. Dr. Delair Souza de Jesus – OAB – Seccional Ji-Paraná. Sejam todos bem-vindos.

Doutora, é interessante, quando a gente abre um debate como esse e a Promotora fala: “se é para falar sério...” É um

desabafo que eu acho que está na garganta de todos rondonienses, a gente precisa mudar. A gente precisa mudar, Dr. Ana Valéria, só um gancho que eu quero pegar aqui, o atendimento à mulher, quando ela falou aqui de uma casa, ela falou sobre uma casa de acolhimento à mulher. Nós tivemos um problema aqui em Ji-Paraná seríssimo. O problema é que uma mulher procurou a imprensa por várias vezes e ela registrava a ocorrência por várias vezes e por várias vezes ela voltava para casa e um dia ela tomou uma decisão: vou deixar o marido. E ela mudou de casa e quando ela estava lavando a casa, Vossa Excelência deve lembrar deste caso, o marido foi lá e matou a mulher com uma pedra. Pegou uma pedra e matou a mulher. Então é muito sério o que nós estamos debatendo aqui, muito sério.

Eu gostaria de passar a palavra agora ao Dr. Leandro Mainardes, Defensor Público da Comarca de Ji-Paraná.

O SR. LEANDRO MAINARDES – Excelentíssimo Deputado Edvaldo Soares, Presidente desta Comissão, na sua pessoa cumprimento as demais autoridades da Mesa, deixo meus cumprimentos também a todos os presentes, estamos aqui para discutir medidas efetivas nesse tema infância e juventude, os idosos, o direito da mulher e quero começar aqui fazendo um contraponto ao que foi colocado aqui pela Dra. Ana Valéria, a Dra. Conceição, realmente as necessidades são muitas e foram muito bem pontuadas, mas não dá para deixar de registrar o compromisso que a atual gestão demonstra com esta iniciativa desta Audiência Pública, aproximar a Assembleia Legislativa do povo para realmente ouvir as necessidades. Foram muito bem pontuadas, mas preciso registrar e cumprimentar pela iniciativa, é preciso que ocorram mais iniciativas como estas por todo Estado a fim de que realmente possamos implementar medidas efetivas, concretas, que surtam resultados.

Enquanto Defensor Público atuante aqui em Ji-Paraná, na Comarca da Vara da Infância e Juventude, o que eu constato, infelizmente, já foi colocado até pela Dra. Ana Valéria, é que, não tapando o sol com a peneira, nós temos muitos processos que acontecem para inglês ver, infelizmente. Nós tratamos os adolescentes que acabam cometendo algum ato infracional privando-os em algum momento da liberdade, mas é para deixá-los escondidos da sociedade, porque não existe política efetiva para buscar a reinserção desse adolescente. Então ele passa lá internado provisoriamente, quando é condenado, ele passa mais um tempo e sai, mas quando ele sai, ele volta a cometer novo delito, porque ele não tem perspectiva. Como a Promotora muito bem colocou, “onde está o Estado?” Eu enalteço também o trabalho que o Ministério Público faz e endosso essas considerações, onde está o Estado que não cria políticas efetivas para trabalhar a ressocialização? Nós estamos tratando os adolescentes deste Estado como bandidos e estamos criando um problema maior. É um problema maior por quê? Porque a pessoa que hoje, o adolescente que é apreendido, fica internado, ele acaba criando meios e situações para não sair dessa situação. O adolescente que comete um ato infracional, ele volta a reiterar e a tendência é que a própria sociedade crie o bandido do futuro. Por quê? Porque nós não conseguimos ressocializá-lo quando ele tem seus 14 anos de idade, seus 16 anos de idade.

Então, fazendo um paralelo a tudo que foi dito, eu enalteço a iniciativa da Assembleia, realmente importante, mas precisamos discutir políticas públicas efetivas. Todas as considerações pontuais precisam ser implementadas, mas nós precisamos ter a consciência de que, caso não implementadas, o problema vai estourar depois e vai estourar para todos nós, nós vamos pagar essa conta. Nós já pagamos uma conta cara e vamos continuar pagando, a tendência hoje é piorar. Assim, eu faço minhas considerações, espero, Deputado, que possamos realmente encontrar meios efetivos a fim de que esta Audiência Pública não se torne mais um discurso para inglês ver, como muitos dos processos que tramitam hoje aqui em Ji-Paraná.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Obrigado. Quero nesse momento registrar a presença do Deputado Federal Marcos Rogério. Seja bem-vindo, Deputado. Excelentíssimo Senhor Vereador Josiel Carlos de Brito, Vice-Presidente da Câmara Municipal. Pastor Jaime Ferreira, Presidente da Assembleia de Deus Madureira, em Ji-Paraná; e Vice-Presidente da Assembleia de Deus em Rondônia, seja bem-vindo, Pastor. Excelentíssimo Senhor Vereador Edivaldo Gomes, seja bem-vindo. Eu quero voltar a palavra para a Promotora.

A SRA. CONCEIÇÃO FORTE BAENA – Eu queria só continuar com o assunto que eu esqueci. Quem trabalha com a infância e vai analisar os atos infracionais, os crimes praticados pelo adolescente, se nós fizermos hoje uma estatística, nós vamos comprovar que 70% dos crimes praticados por adolescentes aqui em Ji-Paraná eles são derivados de dependência química, de droga, é uma molecada, é uma infância que furta, que rouba para manter o vício. Mas o quê que isso tem a ver? Vocês conhecem algum Centro de Internação, aliás, algum Centro de Desintoxicação ou Centro Terapêutico no município para tratar esses adolescentes? Não tem. Nós, o Ministério Público, nós entramos com uma ação para criar um Centro desses, o Estado recorreu dessa ação e até hoje não implantou. Ai vocês estão na rua, vocês observam que os adolescentes são dependentes químicos e vai levar para onde esses adolescentes? Será que é tão caro assim o Estado criar um Centro para desintoxicação de adolescentes, gente? É todo dia mãe que bate à porta do Ministério Público, bate à porta da Defensoria e fala: “*Olha, eu não aguento mais meu filho, ele é dependente químico*”. Aí, a gente vai mandar para onde? A gente tem que mandar para outro Estado, é caríssima a internação para mandar para outro Estado e é um perigo, porque esse adolescente pode fugir dali e tomar rumo ignorado.

Na verdade, eu queria fazer um pedido para o Deputado: Deputado, pelo amor de Deus, vamos fazer um projeto para criar um Centro de Desintoxicação Química de Adolescente em Ji-Paraná. Vamos implementar Casas Terapêuticas para fazer tratamento ambulatorial onde adolescentes, dependentes químicos, vai ser o primeiro em Ji-Paraná, mas, gente, olha, vocês têm as vossas casas furtadas normalmente, porque o adolescente não é um delinquente, ele está furtando porque o pai ou a mãe trabalha o dia inteiro, são filhos de família pobre, criam na rua, têm acesso ao crack, usa duas, três vezes, fica dependente químico e depois, para manter o vício, ele vai furtar as vossas casas para comprar o crack, gente. Como é que a

gente resolve isso? Internando, prendendo esse adolescente? Não, não é assim. A gente tem que tratar esse adolescente.

Então, eu deixo o pedido: Deputado, vamos pensar nisso. Este é o meu pedido. Muito obrigada.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Obrigado, Doutora. Eu quero registrar a presença da minha esposa Aline, do meu filho Carlos; do senhor Joaquim, que é da Associação dos Idosos, que está ali segurando uma faixa, um eterno batalhador pelos idosos em Ji-Paraná. Senhor Joaquim, seja muito bem-vindo aqui, meu respeito e meu carinho ao senhor.

Convidamos agora para fazer uso da palavra o professor Doutor Carlos Alberto Paraguassu Chaves, ele que representa neste ato a Fundação IPRO, de Rondônia.

O SR. CARLOS ALBERTO PARAGUASSU CHAVES – Exmº Deputado Estadual Edvaldo Soares, ao qual peço permissão para cumprimentar todos Deputados presentes e representantes do Executivo, autoridades do Judiciário, representantes dos diversos segmentos da sociedade do Estado de Rondônia, Senhoras e Senhores.

Quebrar o primeiro paradigma e dizer que a ciência e os cientistas não falam a língua do povo. Falam, sim, quando são convidados, eles não trabalham com especulação nem muito menos com suposições. Em primeiro lugar, Deputado, quero parabenizá-lo por ser integrante desta Comissão e por ter proposto esta Audiência Pública com a finalidade de debater políticas públicas direcionadas à proteção da criança, do adolescente, da mulher e do idoso.

Mas o que me traz aqui, nobre Deputado, senhoras e senhoras, é exatamente uma questão muito séria em nosso país, que é uma preocupação que nós dizemos que é de saúde pública, uma parcela da população, salve nós se chegarmos lá, se não partirmos para o outro plano antes, que trata dos idosos, das políticas públicas para proteção e defesa dos idosos. Não vou me reportar aqui a resultados de nossas pesquisas científicas realizadas no Brasil e mais especificamente no Estado de Rondônia do qual resultaram pelo menos duas teses de Doutorado e algumas publicações em revistas científicas nacionais e internacionais, porque se assim o fizesse, eu representasse de forma documental ou forma de documentário acredito que muitos de nós sairíamos daqui chorando, sairíamos daqui com ressentimentos, com remorso, e se não, pelo menos uma pequena dor na consciência porque um país que não respeita os idosos é um país sem credibilidade, um país que negligencia os seus idosos é um país sem credibilidade, e a gente vê, se nós não cuidamos de nós mesmos, quem cuidará? Se a gente não cuida de nosso pai, de nossa mãe, do nosso tio, de nosso parente, nós vamos cuidar de quem? E a gente vê hoje todos os esforços pactuados pelas políticas públicas de proteção à defesa dos idosos, mas se observam poucos avanços. O idoso não precisa de uma fila especial em banco ou de uma fila especial em qualquer lugar, ou passagem gratuita para se locomover, ou um estacionamento em frente a uma farmácia, ou num ambiente público, ele não precisa nada disso, ele precisa de respeito, de dignidade, de carinho, de atenção.

Senhores, se tivermos a graça da Divindade de vivermos um pouco mais, o envelhecimento é inexorável, todos nós

passaremos por ele, daí de nosso trabalho foram identificadas algumas coisas e que lá os países de primeiro mundo que estão pelo menos avançados 30, 50 anos nessas políticas públicas para idosos, nós estamos discutindo questões elementares de formação de cuidadores familiares, já que o Estado é omissor quanto a essas políticas públicas de proteção e defesa dos idosos. Enquanto nós estamos discutindo lá em Portugal qual o perfil do provável cuidador de idosos que aqui no Brasil nós ainda não temos definido, apenas aqueles profissionais vinculados à enfermagem, a técnico de enfermagem, enfermeiro ou algum profissional da saúde, nós estamos discutindo que nem todos esses profissionais conseguem ter sobrecargas físicas e psíquicas para cuidar de idosos, e aqui nós estamos ainda no elementar do elementar, tentando ainda dar um pouco de suporte para que o idoso que é cuidado no seio familiar tenha pelo menos um pouco de proteção e de defesa.

Senhores e Senhoras, só para ilustrar, nas nossas investigações, conseguimos identificar situações como problemas de ordem dos aspectos epidemiológicos e psicossociais, não só as doenças crônicas degenerativas como também um acúmulo de patologias nesses idosos que se encontram sob a proteção domiciliar. Nos aspectos sociais, além da miséria, do estado deplorável de higiene, a falta de recursos para aquisição de materiais de necessidades básicas, inclusive como remédios; nos aspectos psicológicos, distúrbios dos mais diversos, distúrbios psíquicos menores até distúrbios psicóticos, demência, depressões, tristeza, isolamento; e nos aspectos fisiológicos a senescência. Graças a uma medida simples como afeto, alguns estão buscando pela resiliência algum tipo de conforto neste estado tão sensível da vida que é o envelhecimento, a resiliência pela fé, isso é muito bonito.

Mas, senhoras e senhoras, se nós não sabemos quantos somos e quantos estamos distribuídos territorialmente, espacialmente no nosso Estado, se nós não temos o traçado desse perfil desses idosos, como que nós poderemos propor políticas públicas para isso? Primeiro, nós devemos conhecê-los. Para se ter uma ideia, nós temos hoje no Estado de Rondônia aproximadamente 113 mil idosos, 113 mil idosos, e os pesquisadores portugueses que aqui estiveram disseram assim: “Mas política para idosos no Brasil vai ser um pouco difícil”, viu, Deputado, “porque o idoso não é um eleitor em potencial, para adolescência é, adolescente vota, para mulheres, mulher vota”, mas políticas muito acanhadas tanto para mulher, para criança, como para adolescentes e para idosos, quais são as políticas que nós temos para idosos?

Então, para se ter uma ideia, neste município que nós estamos, Secretária, nós temos aproximadamente quase dez mil idosos, pessoas com mais de 60 anos, ultrapassando a 100 anos neste município de Ji-Paraná, quase dez mil idosos. Aí, quando daqueles municípios que têm o CID – Centro de Internação Domiciliar, quando se busca fazer o cadastramento, o recadastramento, se consegue identificar 1/3 desses idosos cadastrados que já estavam cadastrados. Onde estão esses idosos? Estão isolados, estão esquecidos pela própria sorte? Estão aprisionados, estão no estado miserável, foram abandonados pelo Estado, foram abandonados pelas famílias? Onde estão esses idosos?



Por isso, Sr. Deputado, como falaram que eu podia falar entre três a cinco minutos, eu quero cumprir o meu horário, por isso que a Fundação de Apoio à Pesquisa de Rondônia – IPRO vem aqui propor, fazer uma propositura de um plano e projetos de políticas públicas para os idosos do Estado de Rondônia. Esse plano e projetos de políticas públicas se dará em três momentos ou em três projetos: Primeiro, cadastramentos e/ou recadastramentos no CID – Centro de Internação Domiciliar, em todos os municípios do Estado, dando prioridade aos idosos, sendo pelo menos aquilo que está preconizado em lei; segundo, implantar no âmbito municipal o CID como política pública de saúde na atenção básica, incluindo como prioridade os idosos; terceiro, oferecer curso de capacitação aos cuidadores de idosos, curso esse para capacitar pelo menos para que esses cuidadores tenham conhecimentos das atividades diárias do idoso, que eles saibam pelo menos fazer aplicação de medicamento, que ele possa auxiliar na mobilização, prestar cuidados na organização do ambiente protetor e seguro, propiciar conforto físico e psíquico, estimular o relacionamento e contato com a realidade e levar o idoso a participar de atividades recreativas e sociais, conferir sinais vitais, reconhecer sinais e alteração e prestar socorro pelo menos de urgência e emergência.

Essas capacitações se dariam, Sr. Deputado, para cuidadores voluntários, cuidadores familiares, cuidador principal, cuidador leigo, cuidador secundário, terciário, remunerado, até mesmo ao cuidador profissional.

Sr. Deputado, Senhoras e Senhores, é lamentável quando a gente, ao adentrar em um lar para conversar com familiares, para conversar com idosos e a gente ouvir de um ente familiar frases que estão registradas como *“esse velho já deveria ter morrido há mais tempo porque dá muito trabalho”*, isso é de matar a gente por dentro, é de nos sentirmos humilhados, nos sentirmos quase nada. Quando um filho diz: *“Ah, não sei como lidar com esta situação, este velho só dá trabalho.”* E quando você vai ouvir esse senhor, ele diz: *“Não ouça porque esse velho não está sabendo o que está dizendo”*, então são coisas dessa natureza que registramos, e isso para as instituições sérias se leva muito com seriedade. Será que nós estamos preparados? E essa é uma abertura de debate, é importante para isso e nós estamos fazendo uma composição formal, três projetos que fazem parte do plano, Sr. Deputado. Eu agradeço pela atenção e coloco-me à disposição dos senhores e senhoras.

Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Sr. Deputado Edvaldo, quero registrar e informar todas as senhoras e senhores que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo para todo o mundo através do site da Assembleia Legislativa. Aqueles que quiserem mandar um SMS para a família para também acompanhar de onde estiver, aqui no Brasil ou onde estiver, é o [WWW.ale.ro.gov.br](http://www.ale.ro.gov.br). Obrigado.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Apenas pegando aqui a fala do Paraguassu, nós colocamos um recurso na ordem de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para capacitação de pessoas em Rondônia e já quero aproveitar e pedir ao Instituto

para ver a possibilidade de usar uma parte para essa orientação que ele deu aqui, que é muito importante.

Convido para fazer uso da palavra a Ten.Cel. PM Elizabete Silva Nunes, representando o PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

A SRA. ELIZABETE SILVA NUNES – Quero cumprimentar aqui o Exmº. Sr. Deputado Edvaldo Soares, na pessoa de quem eu cumprimento todas as autoridades aqui da mesa; quero cumprimentar aqui o meu Comandante, Ten.Cel.Machado, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades, todos os Policiais Militares que se fazem presentes; quero cumprimentar aqui o Deputado Marcos Rogério, na pessoa de quem cumprimento todas as outras autoridades civis e eclesásticas aqui da Casa.

Senhoras e Senhores, muito bom dia. Eu sou a Tenente-Coronel Elizabete da Polícia Militar, sou dentista, estou na Polícia Militar desde o ano de 92 e desde o ano de 2012 faço parte do Programa PROERD. Para algumas autoridades aqui certamente PROERD não é mais nenhuma novidade, mas se faz necessário fazer alguns esclarecimentos do que é o PROERD e de que maneira a Polícia Militar vem atuando em termos de prevenção contra o uso das drogas e da violência.

O PROERD é um Programa Educacional de Resistências às Drogas e à Violência, é um programa internacional, foi criado no ano de 1989, em Los Angeles, devido ao grande índice de criminalidade existente naquele país e aí, de lá, foi feito um estudo para que de maneira nós poderíamos combater o índice de violência e o índice de uso e abuso das drogas, então foi criado lá o perfil de um profissional que pudesse levar esse trabalho de maneira preventiva para as escolas. Aqui no Brasil, o programa se instalou no Brasil no ano de 1989 e aqui em Rondônia especificamente no ano de 2000. Então, desde o ano de 2000 o programa é aplicado em todas as escolas estaduais, municipais e algumas particulares.

Como é que funciona esse programa? Aqui tem muitos pais, certamente pais de alguns alunos que já tiveram ou que já passaram pelo programa. O programa consiste da seguinte forma: ele é uma ação conjunta da Polícia Militar, da escola e da família. Então, são escolhidos vários policiais, eles são selecionados de maneira criteriosa e rigorosa, fazem o curso para que possam adentrar nas salas de aula e ministrar em dez lições todas as consequências das drogas. Então, é falado para os alunos de 1º ao 7º ano todas as consequências e os malefícios que as drogas trazem para o seu organismo, para a sua casa, para sua família, é uma atividade educacional e preventiva com o intuito de prevenir o uso e o abuso das drogas e da violência, valorizando uma vida saudável, próspera e mais feliz.

Esse policial, senhoras e senhores, ele é capacitado e ele é escolhido. Eu sempre digo que o policial que trabalha com PROERD é escolhido primeiramente por Deus, ele precisa ter um perfil específico para trabalhar com jovens e ele é feito uma capacitação. Para esse policial adentrar em sala de aula é preciso que ele tenha o perfil nota 10 que a gente fala na Polícia Militar. É preciso ele ter ficha limpa, ele não estar respondendo a nenhum processo, não ter nenhum envolvimento com drogas, enfim, é preciso ter um padrão A para ele ser instrutor do PROERD. E são esses policiais, alguns estão

presentes aqui, mas hoje, Deputado, nós temos no Estado de Rondônia apenas 90 instrutores atuando em 32 municípios, ou seja, pouco mais da metade dos municípios do Estado de Rondônia são contemplados com instrutores do PROERD nas escolas estaduais e municipais. Nós trabalhamos com os alunos das séries iniciais, do 1º ao 7º ano, em alguns casos também trabalhamos com pais, mas infelizmente temos poucos policiais capacitados para trabalhar com pais, e seria o ideal começar a trabalhar com crianças e aí fechar com os pais, porque você trabalha prevenção de droga com seu filho na escola, mas é necessário que os pais se interessem do assunto para que eles contribuam de maneira efetiva no combate ao uso das drogas. O PROERD, senhores, ele formou do ano 2000 a 2012 mais de 224 mil alunos, foram ministradas mais de 25 mil palestras no combate do uso das drogas e da violência. Aqui em Ji-Paraná, Deputado, somos apenas 12 instrutores. Dos 12, 3 são Oficiais, ou seja, desses Oficiais nem sempre podemos estar em sala de aula tendo em vista nossas outras atividades que nos são peculiares, então restam-nos 9 para cobrir toda região de Ji-Paraná, do 2º Batalhão. Então, senhores, os 9 instrutores daqui que são valorosos policiais, eles se desdobram para atender não só Ji-Paraná, mas eles atendem outros municípios na abrangência do 2º Batalhão, como Ouro Preto, Presidente Médici, Vale do Paraíso, Nova União. E aí nesses municípios por que é que nós levamos esses policiais? Porque lá nós não temos policial treinado, capacitado para desempenhar e desenvolver o programa.

Fica aqui, então, Deputado, o nosso pedido no sentido de promover, através do Governo do Estado, meios para que mais policiais possam ser capacitados para que esses outros municípios sejam também contemplados, porque aqui em nível do 2º Batalhão, meu Comandante está ali me olhando e ele sabe da nossa dificuldade, Coronel, de nós deslocarmos esses policiais para desempenhar esse trabalho preventivo. Então, o ano passado, por exemplo, foi utilizada inclusive a viatura do próprio Comandante para que esse policial chegue até o município para ele ministrar essa aula. Então fica aqui o nosso primeiro pedido, recursos e meios para que novos policiais sejam capacitados. E o outro seria veículo, meios para que haja esse deslocamento.

Quero aproveitar a oportunidade para fazer um agradecimento ao Deputado Edvaldo Soares. Ele nos contemplou com um veículo que nós recebemos, Deputado, está sendo de grande valia para o deslocamento desses policiais para as outras unidades. É sabido que a Polícia Militar recebe muitos veículos, no entanto esses veículos, Coronel, eles têm uma destinação final prioritária e aí o PROERD que é um programa preventivo atuando nas escolas, não é que fica meio que deixadinho de lado, mas assim, como existem outras prioridades mais urgentes, então o policial, a equipe do PROERD ainda fica um pouco tendo que trabalhar com meios próprios. Então, fica aqui o nosso pedido neste sentido e fazendo desde já meu agradecimento.

Então, senhores, de uma maneira geral, aqui tem se falado de recuperação do adolescente, de como fazer para ressocializar esse adolescente, essa criança, e a Polícia Militar, graças a Deus, eu sempre digo eu sou privilegiada e creio que os meus colegas que fazem parte do programa também se consideram privilegiados por chegarem à frente, nós fazemos

a parte preventiva, antes que aquele adolescente chegue lá no centro de recuperação a Polícia Militar chegou primeiro e ela chega para fazer a prevenção atuando nas escolas, trabalhando com as crianças, trabalha o ano inteiro porque esse é um programa que trabalha durante todo ano letivo e nós estamos atuando desde o ano 2000. Então, é uma contribuição muito singular por parte da Polícia Militar que vem dando para toda comunidade, para toda sociedade, me sinto assim muito privilegiada mesmo. Além disso, a Polícia Militar trabalha com JCC – Jovens Construindo a Cidadania. Nós temos aqui o Policial Trindade que é o único policial capacitado no momento para trabalhar com esses jovens, e temos também dentro do quartel o Projeto de Artes Marciais, que é trabalhado com crianças que estão no período oposto do escolar, então são programas que a Polícia Militar vem desenvolvendo de maneira preventiva, já se antecipando para que a criança não chegue a necessitar do centro de recuperação, de uma casa de recuperação. Quero agradecer a fala. Muito obrigada.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Queremos convidar para fazer parte da mesa a Presidente da APAE de Ji-Paraná, Sra. Arlete, por favor; convidar para fazer parte da mesa também o Secretário Regional Romildo Pereira, que representa o Governo do Estado, e já passo a palavra ao Deputado Federal Marcos Rogério, agradecendo, Deputado, eu sei que sua agenda é extensa e quando a gente chega num evento fica pensando lá no outro compromisso. Eu gostaria de ceder a fala aqui a V. Exª, porque sei que V. Exª tem outros compromissos. Registrando a presença do Vereador Lincoln Astrê. Vereador, seja bem-vindo também; registrando a presença da Diretora do *Shopping Cidadão* em Ji-Paraná, Nair Barreto. Com a palavra, Deputado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO – Bom dia a todos. Eu quero cumprimentar com muita alegria S. Exª. o Deputado Estadual Edvaldo Soares, cumprimentar sobretudo pela iniciativa desta Audiência Pública voltada a discutir temas relevantes para a sociedade, políticas públicas de proteção à criança, à mulher e ao idoso; em nome do Vereador Joaquim cumprimentar os Vereadores aqui presentes, em nome do Romildo e da Sônia as demais autoridades que compõem a mesa, fico honrado de estar todos aqui, as senhoras e os senhores.

Tem uma frase muito conhecida que me chama muito a atenção e acho que dá para sintetizar um pouquinho o que está acontecendo aqui hoje: “Uma pessoa inteligente resolve um problema, um sábio previne”. Essa frase não é minha, ela é de Alberto Einstein, e quando nós tratamos deste tema, eu acho, Sônia, que nenhuma outra expressão tem tanto significado, tanto sentido quanto a palavra prevenção. Porque falar de criança, falar de mulher e de idoso sem tratar da ideia da prevenção àquilo que vitimiza essas pessoas é desconhecer uma realidade presente no seio de nossa sociedade. Então, eu queria inicialmente dizer da importância deste evento que busca discutir o tema, dar ênfase a ele e fazer com que a sociedade participe dele discutindo, sugerindo, isto é fundamental. Eu dizia agora há pouco ali fora, numa entrevista que eu dava, o seguinte: muitas das vezes as pessoas olham para uma lei que foi aprovada em algum lugar,



seja na Câmara de Vereadores, na Assembleia ou no Congresso Nacional, e dizem: *“que lei absurda, mas quem foi que teve essa ideia?”* E o Parlamento é a casa da produção legislativa, mas há uma necessidade muito forte da participação popular na construção do conjunto das normas, porque muitas vezes as normas, as leis surgem desconectadas do interesse da maioria da sociedade, distante do anseio da sociedade. Então, quando eu vejo um evento como este e com a participação de tantas pessoas, como eu vejo aqui líderes, líderes comunitários, líderes religiosos, líderes de entidades importantes, eu vejo, Coronel Elizabete, a participação popular numa casa que é a casa mais próxima do povo, a Casa Parlamentar, a Casa Legislativa.

Então, Edvaldo, minhas homenagens a você pela iniciativa desta Audiência Pública e votos de que daqui saiam ideias inovadoras para implementação efetiva de políticas públicas voltadas à proteção da criança, do adolescente, da mulher e do idoso. Eu tenho dito lá em Brasília repetidas vezes que não são os indicadores econômicos a base da sociedade brasileira, não são os indicadores sociais a base da sociedade brasileira, não é, por mais importante que seja, a educação brasileira a base da sociedade, a Constituição Federal no seu artigo 226 diz categoricamente “família, base da sociedade”. Se nós queremos mudar e melhorar a sociedade, nós primeiro precisamos cuidar das famílias do Brasil, fortalecer as famílias, orientar as famílias, porque é melhorando as famílias que nós melhoraremos a sociedade, porque a sociedade tem na família a sua base. Se nós observarmos o que aconteceu mundo afora, um país que foi berço das civilizações, que influenciou muito o mundo com a sua cultura, com o seu pensamento, a Grécia, enquanto prestigiou a família e fortaleceu a família influenciou o mundo, no dia que abriu mão de cuidar da família, Pastor Floriano Serafim Pessoa, quando abriu mão de cuidar da família fracassou e é hoje o que nós todos conhecemos, um país de fracasso, um país que serve de referência do que não deve ser para outras populações, mas enquanto cuidou da família era uma potência que influenciava o mundo. Há um livro de um escritor famoso chamado Foustel de Coulanges, *Cidade Antiga*, que traça esse caminho, essa trajetória.

Então, Edvaldo, o artigo 227 da Constituição Federal diz que é dever da sociedade, é dever primeiro da família, da sociedade e depois do Estado cuidar disso que nós estamos falando aqui. Então, o desafio primeiro começa lá na família, lá na base. E eu queria concluir aqui, para não ser extensivo com vocês, dizendo que nós estamos discutindo hoje no Parlamento federal a reforma penal e na reforma penal existem alguns pontos que vêm, para mim, na contramão do que nós estamos discutindo aqui e é importante a gente poder ter a oportunidade de falar disso, porque eu disse no início, muitas vezes as leis surgem e as pessoas acham um absurdo, mas não tomaram conhecimento nem da sua construção, de como foi construída, ninguém deu oportunidade de conhecer. O novo Código Penal coloca, eu não sou contra a proteção de animais, não, eu acho que nós temos que ter leis que protegem os animais também, animais nós também somos animais, mas a legislação brasileira coloca os animais com maior proteção que o ser humano. O novo Código Penal diz que a omissão de socorro a um animal pode levar uma pessoa à cadeia por até 4 anos, *“deixar de prestar socorro a qualquer animal”*, veja o

texto, *“qualquer animal que esteja em perigo”*, de 01 a 04 anos de cadeia. Alguém esses dias me perguntou assim: “Vem cá, o texto da lei está dizendo qualquer animal, se eu ver uma cobra em perigo, o que eu vou fazer?” É óbvio que se trata do animal que ele tenha obrigação de proteger, de cuidar, ou que tenha causado algum dano a ele, até 04 anos de cadeia para omissão de socorro a um animal. Mas o mesmo Código Penal que trata da proteção dos animais, que é um tema que está sendo introduzido ao Código Penal, diz também no seu novo 132 que, deixar de prestar assistência a uma criança, a pessoa abandonada, inválida ou ferida, veja a pena para esse caso no novo Código Penal, é de 01 a 06 meses de detenção, de prisão, ou multa; para um animal, 04 anos de prisão, para uma criança, a uma pessoa abandonada, ou ferida, ou um idoso, no máximo 06 meses. Será que é isso que a sociedade quer do novo Código Penal? Quando a gente traz o tema e fala com a sociedade, a sociedade reage e ela diz “não, essa lei não me representa, esta lei não está de acordo com o que eu penso”.

Então, há um outro, só para citar como exemplo para vocês aqui, para concluir essa observação, há um outro que trata da questão dos maus tratos, maus tratos. Ninguém é a favor de maus tratos aos animais, é crime, agora, dentro da questão normativa tem um princípio que rege, Romildo Pereira, na elaboração da norma penal, aliás tem outros princípios, mas dois que são importantíssimos, que é o Princípio da Taxatividade Penal, a lei tem que dizer o quê que é crime, homicídio – matar alguém baixo, alto, gordo, careca, cabeludo, matar alguém, é o tipo, a lei definiu o que é o homicídio, é matar alguém, mas tem o outro princípio que é o da Proporcionalidade da Pena, a pena tem que ser proporcional ao dano, e aqui há uma inversão porque aquilo que a sociedade dá mais valor há menos repreensão, há menos castigo. E aí veja, maus tratos aos animais, só para lembrar nós estamos em Rondônia e aqui tem muita gente que usa cavalo, não é? Usar freio de boca em cavalo – maus tratos aos animais, barrigueira no cavalo – maus tratos aos animais, espora no cavalo – maus tratos aos animais, 04 anos de cadeia para maus tratos aos animais, até 04 anos de cadeia. É óbvio que aqui se respeita a questão cultural também, ressalvadas as proporções do exagero, mas eu estou só citando como exemplo, até 04 anos de cadeia. Agora, veja, o cidadão tentou matar o outro, deu uma facada na pessoa e não conseguiu matar, o Delegado ao invés de enquadrar por tentativa de homicídio enquadra por lesão corporal, sabe quantos anos de cadeia vai pegar esse criminoso pelo novo Código Penal? No máximo 01 ano de cadeia; 04 anos para maus tratos aos animais, lesão corporal, está aqui, Comandante, um crime comum, muito comum por aí, no máximo 01 ano de cadeia. Deixa eu traduzir para vocês. Vale mais o pelo e o lombo de um cavalo do que a pele de um ser humano no novo Código Penal. É isso que a sociedade quer? Eu penso que não.

Então, quando a gente traz isso para discutir com a sociedade, aí sim nós evoluímos enquanto legisladores e aí este evento está justamente nesta direção, Edvaldo, parabéns a você, parabéns a Assembleia Legislativa. O mesmo Código Penal está dizendo também, deixa de ser crime, não há crime plantar, colher ou armazenar droga para consumo pessoal, está aqui a Professora Coronel Elizabete que trabalha com o PROERD que é um trabalho preventivo, aliás, um trabalho

fantástico que todo Brasil deve aplaudir, só que o novo Código Penal está trazendo lá: plantar, colher, armazenar ou transportar drogas para consumo deixa de ser crime no novo Código Penal. E ele ainda traz num Parágrafo o seguinte, olha, se a pessoa for pega com uma quantidade de drogas que for aí suficiente para o consumo de até cinco dias, presume-se que seja para consumo, a presunção é sempre a favor do criminoso aqui no novo Código Penal, presume-se que para consumo, o que vai acontecer? As bocas vão contratar aí os vendedores de ponta e *“olha você só pode andar com o kit 5 dias”*, e aí vamos fazer o seguinte, vamos fracionar as bocas aqui, se tem 10 em Ji-Paraná vamos colocar 50 porque fica mais perto para pegar, não é? Então, veja, quando o legislador está desconectado da sociedade, ele produz esse tipo de lei. Mas eu estou só fazendo este alerta aqui para dizer para vocês que, graças a Deus, essa da questão das drogas, na Comissão Especial, nós já conseguimos derrotar, ela não faz mais parte da proposta do novo Código Penal, embora tenham outras propostas tramitando nessa mesma linha, nessa mesma direção, mas eu estou falando apenas para alertar quanto ao conteúdo da produção legislativa e é importante a sociedade participar do debate.

Eu quero agradecer a gentileza de vocês em nos ouvir, agradecer o Edvaldo pelo convite, a todos os convidados expositores aqui minhas homenagens pela abordagem dos temas que são extremamente relevantes. Eu aproveitei a oportunidade para falar um pouquinho daquilo que está acontecendo em Brasília também e aproximar a produção legislativa, a atuação legislativa dos senhores e das senhoras. A todos, Pastor Jaime, minhas homenagens, Deus abençoe a todos. Muito obrigado.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Obrigado, Deputado Marcos Rogério. Eu me sinto honrado com a sua presença, sua participação aqui. Quero registrar a presença do Vereador Menudo, da Câmara Municipal de Nova Brasilândia, obrigado pela presença; a Sra. Maria Antônia Dias, Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Eu passo a palavra agora à Delegada da Mulher de Ji-Paraná, Dra. Fabiana.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto encaminha a Delegada aqui para fazer uso da palavra, gostaria de informar a todos os participantes e também aos Oradores num tempo máximo de três a cinco minutos, haja vista muitas pessoas inscritas para também fazerem uso da palavra. Obrigado.

A SRA. FABIANA BRAGUIN – Bom dia a todos! Bom dia Senhor Deputado Federal, em nome do senhor cumprimento todos os demais componentes da Mesa, demais autoridades e toda população aqui presente. Eu sou Fabiana, Delegada de Polícia Civil; estou na Regional, não estou na Delegacia da Mulher, quem está na Delegacia da Mulher é a Doutora Renata, só para corrigir. Eu estou aqui há três meses em Ji-Paraná, eu estava atuando em Buritis, eu vim aqui, eu vou ser breve, eu queria só fazer uma pergunta: Quais são os projetos, as políticas públicas que vão ser elaboradas para ressocializar os nossos jovens? Nós trabalhamos, eu sou policial, eu vejo todos os dias jovens cada vez mais novos se envolvendo no mundo do crime. No dia 27 à noite, eu acho que todo mundo já sabe desse vídeo que

foi veiculado na internet, meu marido que também é oficial da Polícia Militar e ele estava vendo um vídeo na internet, que aqui todos viram, eu suponho, porque o vídeo ficou bem, teve bastante comentário sobre aquele jovem que estava sendo espancado na frente da escola Júlio Guerra, eu especialmente tenho um amor, uma paixão muito grande por jovens, e quando eu vejo alguns fatos desse tipo, isso me indigna tanto, que eu saio assim, me dá vontade de sair da minha casa já tomar alguma providência. E eu vi aquele vídeo no dia 27; no dia 28 pela manhã cedinho, cheguei à delegacia, peguei os agentes: *“vamos lá nessa escola, que eu quero saber quem foram os envolvidos, quem são os envolvidos”*. Eu cheguei à escola conversei com a diretora etc., enfim, acabou que ontem o menor, um dos envolvidos, um dos que espancaram um dos adolescentes foi apreendido, tinha um mandado de apreensão contra ele, e eu fiz a oitiva dele na delegacia imediatamente, fui lá para ouvi-lo a respeito dos fatos dessa briga, e para minha surpresa, ou melhor para minha surpresa não; que nós vemos isso todos os dias; eu comecei a conversar com ele, e ele me disse que ele estava fora da escola desde os treze anos, que ele é dependente químico, realidade da maioria dos jovens infratores como disse a Doutora Conceição, Promotora de Justiça. E eu pergunto; como ela mesma falou aqui, que me tocou bastante: *cadê o Centro de Desintoxicação?* Não só daqui de Ji-Paraná, porque eu estava em Buritis também não tinha, e quando a gente precisa mandar para um Centro de Desintoxicação, nós temos que mandar para fora, para o Acre, para São Paulo, para Curitiba. *Cadê? Cadê?* Eu não sei quais são as políticas também, como ela disse, tem um psicólogo para cento e cinquenta mil, eu não me recordo exatamente o que ela falou, eu não anotei. Mas e os assistentes sociais? Aquele jovem, ele está fora da escola desde os treze anos de idade, alguém foi lá verificar o que aconteceu, porque esse jovem está fora da escola? Por que esse jovem, o quê que aconteceu com essa família? Qual que é a realidade daquela família? É muito fácil para mim, e eu faço isso frequentemente, julgar esses jovens, eu faço isso com muita frequência, já tacha logo de bandido, de menor infrator, já fica com raiva. Só que, o que está sendo feito? Eu falei: *“gente, esse jovem está com quinze anos, está fora da escola desde os treze, o quê que vai ser do futuro desse jovem?”*. Os outros dois que estavam com ele na briga, um também foi expulso da escola em março. E eu digo assim: para onde que ele foi? Ele foi transferido? Ele está em outra escola? O outro, eu acho que nunca frequentou a escola. Então, assim tem alguma política, os Assistentes Sociais, o Conselho Tutelar, o que é feito para solucionar esse problema da evasão escolar? Porque esse problema da evasão escolar, ele vai gerar um círculo vicioso. O jovem, ele vive entediado, o jovem é assim, entediado, tem que ter política de lazer também, porque ele vive entediado. Se ele vive entediado, está fora da escola, o que ele vai fazer? Aí começa a se envolver com más companhias, começa a usar drogas e daqui a pouco ele está furtando e roubando as nossas casas para satisfazer o seu vício, e é esse o nosso círculo vicioso hoje, é o que nós vemos todos os dias. Então, eu acho importante ter essas políticas públicas de ressocialização, essas políticas públicas que criem mecanismo, contratem mais assistentes sociais para averiguar o que está acontecendo com essas famílias. É muito idealista?

É muito idealista, mas a gente precisa fazer alguma coisa, porque esses jovens são o nosso futuro e nós estamos caminhando para o fracasso da nossa sociedade.

Então, assim, eu venho demonstrar a minha indignação, venho perguntar o que está sendo feito para poder ressocializar esses jovens. Eu passei uma temporada em Israel, fazendo um curso de Polícia Comunitária, e lá eles têm diversas políticas para jovens, eles vão até a casa, se um jovem, três dias que ele não vai para a escola, eles vão à casa desse jovem, eles perguntam para os pais o que está acontecendo, eles fazem todo um trabalho com esse jovem. Claro, lá é outra realidade, aqui nós estamos no Brasil, mas nós temos que começar por alguma coisa. Eu não sei se vocês conhecem o GGIM, que é o Gabinete de Gestão Integrada do Município. O GGIM, eu não sei, para quem não conhece, em suma, as autoridades, elas se reúnem a cada duas semanas ou mensalmente para discutir os problemas que estão acontecendo nos nossos municípios no que diz respeito à segurança pública e elaboram projetos visando à obtenção de recursos federais. E há recursos federais, da Secretaria de Segurança Pública. E assim, eu até agora não vi, só vejo assim, Vilhena, alguns outros municípios que instalaram câmeras na cidade, câmeras de monitoramentos com recursos do Governo Federal.

E assim, eu acho que seria interessante também, Senhor Deputado, entrar em contato com esse gabinete. Eu não sei nem se ele já foi implantado aqui, eu creio que sim, mas para elaborar projetos no sentido de criar esse Centro de Desintoxicação para esses menores obtendo recursos federais. Eu gostaria assim de só ler para reflexão, é de um autor desconhecido, mas só para deixar aqui rapidinho, uma historinha: “Se cogitava construir um Centro de Reabilitação para Jovens Adolescentes em risco e foi solicitado um parecer de um renomado profissional na área de educação. Esse profissional fez um apaixonante discurso em favor de métodos educativos humanos a serem empregados no Centro de Reabilitação, ressaltando que os fundadores não deveriam economizar recursos para alcançar serviços de educadores bondosos e competentes. Concluiu dizendo: *Se logramos salvar um só jovem da depravação moral, terão sido justificados todos os esforços investidos numa instituição desse tipo.*”

Posteriormente, o membro da junta diretiva lhe disse: *O senhor não estaria ligeiramente exagerado? O senhor acha que salvar um só jovem justificaria todos esses gastos e esforços?* E o educador respondeu: *Caso se tratasse do meu filho, sim, valeriam todos os esforços.*”

Então, se caso se tratasse do seu filho valeriam todos os esforços, eu elogio o trabalho da Polícia Militar, todos os projetos têm o PROERD, tem o Guarda Mirim, o JCC, e eles fazem um excelente trabalho, excelente, nós fizemos bastante trabalho em conjunto em Buritis, e é esse trabalho preventivo que realmente resgata. Eu conversei com o meu marido, ele falou aqui que é até uma briga para entrar na Guarda Mirim. Eu acho isso ótimo. Então, eu elogio o trabalho da Polícia Militar que vem aí atuando. Nós só somos discriminados, às vezes retaliados, mas vocês estão fazendo um excelente trabalho. Então, muito obrigada e um bom dia a todos.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Obrigado, Doutora Fabiana. Nós estamos caminhando já para o encerramento.

Tem algumas pessoas que gostariam de usar a fala, eu pediria a vocês que por gentileza sejam breves, não porque a gente não tem tempo para debater, eu gostaria de ficar o dia inteiro aqui ouvindo quem é necessário, o problema é que vai chegando a hora do almoço e as pessoas que estão aqui. Tem alguma coisa para servir depois aí? Pessoal do Cerimonial, pessoal do Cerimonial, tem alguma coisa para servir depois para o pessoal? Então, não se preocupem, gente, fiquem tranquilos.

Eu quero convidar o Excelentíssimo Senhor Giovani para entrar aqui, Geovani, sentar ali, nos dar a honra de estar aqui com a gente, Geovani, que é assessor número um do Prefeito de Ji-Paraná, Jesualdo Pires.

Muito bem, passamos a palavra agora ao Secretário Regional de Governo em Ji-Paraná, representando o Governador do Estado Confúcio Moura, Secretário Romildo Pereira.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Aproveitamos para registrar a presença do Senhor Zeca Borges, Presidente da Associação dos Deficientes Físicos da Amazônia Legal.

O SR. ROMILDO PEREIRA – Queria cumprimentar aqui o Deputado Edvaldo Soares, que é o proponente da Audiência Pública, parabéns o Vereador Joaquim, Secretária Sônia, Deputado Federal Marcos Rogério, momento que eu aproveito para parabenizar o trabalho que Vossa Excelência fez para que nossos voos voltassem a Ji-Paraná, nosso aeroporto a partir de hoje, amanhã começa em franco voo, graças a Deus pela sua influência, pelo seu trabalho. Cumprimentar aqui o Pastor Floriano, é uma pessoa que nós temos um respeito muito grande, por incrível que pareça tudo aquilo que nós estamos discutindo aqui de recuperação, de ressocialização, o Pastor Floriano, através da Igreja Assembleia de Deus Madureira tem feito um trabalho brilhante. Eu queria parabenizá-lo e toda a igreja dele por extensão. Cumprimentar o Coronel Plínio, Comandante da Polícia; Elizabete, o Paulinho, Paulo Sousa que é da Polícia Rodoviária; o Geovani, enfim, o Vereador Edivaldo Gomes, Nair Barreto.

Eu fiquei sentando ali um bom tempo, Deputado, ouvindo atentamente aquilo que as pessoas disseram aqui, especialmente a Doutora Ana Valéria e também a Doutora Conceição. Doutora Conceição, por incrível que pareça, foi minha professora na faculdade, e, diga-se de passagem, uma excelente professora, ela acabou nos dando uma aula aqui daquilo que nós devemos fazer mesmo, o Governo do Estado, a Assembleia propondo propostas importantes. Dizer que o Governador não esteve aqui, Deputado Edvaldo, pediu que lhe transmitisse isso, porque ele está exatamente neste momento numa solenidade ali em Presidente Médici, onde ele está fazendo uma entrega de alguns equipamentos, dentre eles um ônibus para uma associação ali no município de Presidente Médici, e pediu que eu pedisse desculpas a Vossa Excelência e a todos os convidados aqui presentes. Mas eu preciso, Coronel Plínio, fazer aqui um retrato, aí eu vou falar como pessoa, como cidadão de família Romildo Pereira, dizer que existe um versículo na Bíblia, eu vou dizer aqui para as nossas autoridades, todos os senhores que aqui estão nos ouvindo, o ex-Vereador Daniel Torres, existe um versículo na Bíblia que diz o seguinte:



“Ensina o menino no caminho que deve andar para que quando ele ficar grande ele não se desvie dele”. E quem deve ensinar esse menino no caminho que deve andar são seus pais, é o pai e a mãe, devem ensinar o menino no caminho que ele deve andar. Quero dizer mais, o sinônimo do menino abandonado, o sinônimo do menino com desvio de conduta é o retrato das famílias desestruturadas. Quando o Deputado Marcos Rogério disse aqui que a base da sociedade está na família, é verdade, isso não precisava estar escrito na Constituição, em Lei, nada disso, isso já está escrito na Bíblia, a família bem constituída, família bem estruturada, bem organizada, dificilmente você vai ver um menino com desvio de conduta, dificilmente você vai ver um menino abandonado por menor que seja o salário da sua família, por menor que seja o rendimento da sua família, mas ele tem uma estrutura familiar que o orienta, que conduz esse menino para que no amanhã ele não venha se desviar. Ouvi aqui também algumas necessidades que foram ditas especialmente pela Doutora Conceição, quando ela se referia aqui da falta de um centro para dar apoio às mulheres desassistidas, aquelas que porventura são acometidas de violência na família. E às vezes nós achamos que a violência na família é bater na mulher, a violência na família é esculhambar a mulher, a violência na família é tão somente dar um empurrão na mulher. Obviamente, tudo isso é violência, mas existe violência tão simples que às vezes nós passamos despercebido e às vezes o homem desvia-se da sua conduta, tem uma conduta desvirtuada e aquela mulher sofre calada demasiadamente com a conduta do seu esposo que nunca lhe deu um tapa, por sinal lhe trata muito bem, troca até abraços e beijos, mas a sua conduta desaprovada pela sociedade com certeza violenta a mulher. E aqui eu tenho que dizer isso porque eu sou casado, vou fazer trinta anos de casado dia 22 de dezembro, graças a Deus, e a gente vê muita coisa nessa situação e nós lamentamos. E realmente precisa de um local de apoio para a família, para a esposa, para uma jovem que às vezes é violentada e precisa mesmo, e aí eu não tenho dúvidas que o Deputado Edvaldo Soares, o próprio Governo do Estado, devem sim se imbuírem de propósitos para que isso possa acontecer, vir acontecer.

Quando se fala aqui da criança usuária de entorpecentes, está se construindo em fase, praticamente em fase final aqui o Centro Socioeducativo que tem como vistas ressocializar o menino, puxar o menino de volta. Eu estou aqui na Secretaria Regional, Deputado Edvaldo, e nós temos ali, estamos trabalhando ali com sete apenados, não são menores de idade, obviamente, porque nem pode, mas são pessoas maiores de idade que estão fazendo um trabalho brilhante. Eu me faço uma volta no tempo de que quando eu comecei trabalhar com sete anos de idade, eu comecei trabalhar com sete anos, trabalho nunca matou ninguém, trabalho não mata ninguém e eu entendo perfeitamente que pelo fato da pessoa ser menor de idade não é isso que vai denegrir a sua pessoa, não é isso que diminui, às vezes é a ociosidade que tem levado o menino a coisas absurdas, inclusive tirando a vida, ceifando vidas de pessoas. Eu acho que não pode colocar o menino em trabalho pesado, não pode colocar o menor num trabalho que desabona sua conduta, num bar, numa danceteria, eu até concordo. Agora, que o garoto pode trabalhar, é um entendimento meu, pessoal, eu estou dizendo isso num entendimento meu, pessoal, pode

sim, porque não é o trabalho que mata ninguém, não, não é o trabalho que mata ninguém, não.

Com relação ao Centro de Tratamento para Desintoxicação de dependentes químicos, o Governo do Estado, ele tem como propósito firmar convênios com as instituições já existentes e, diga-se de passagem, tem instituições fazendo excelente trabalho, tem igreja fazendo trabalhos maravilhosos que precisam sim receber por força de convênio investimento para que possam melhorar a qualidade do seu trabalho, melhorar a estrutura dessas instituições. Quando disse aqui o Deputado Marcos Rogério que a família é a base da sociedade, que é dever da família, da sociedade, do Estado cuidar dos seus adolescentes, é um fato, você percebe que a própria lei diz que o Estado está lá na frente, primeiro a sua casa, primeiro a sua família depois a sociedade e depois o Estado. E nós precisamos imbuir tudo isso, a sociedade, o Estado, começando pela família para que essas crianças possam ser, esses menores possam ser ressocializados. E aí eu preciso dar os parabéns para o Deputado Edvaldo, quando ele chama uma comissão de tamanha importância dessas para discutir isso aqui na sociedade. Mas por que os Conselhos Municipais não são mais valorizados, por que não chamar o Conselho Municipal de Saúde para discutir a Saúde? Por que não se chamar o Conselho da Mulher para discutir o Conselho da Mulher, discutir a situação da mulher, por que não chamar o Conselho de Segurança e discutir a coisa com mais amplitude, com mais profundidade? Porque são exatamente esses Conselhos que têm o extrato daquelas situações que infelizmente são terríveis e difíceis, e o Executivo sentar, o Executivo que eu me refiro, o Governo do Estado, o Governo Federal, o Governo Municipal sentar e discutir isso aqui com os Conselhos? Porque os Conselhos têm o extrato real e verdadeiro dessas situações, e nós temos o Conselho da Educação, Conselho de Saúde, Conselho de Segurança, Conselho do Idoso, Conselho da Mulher, Conselho da Juventude, nós temos vários Conselhos, e esses Conselhos precisam ser mais ouvidos. Dessa forma, com certeza, muita coisa daquilo que a Doutora Conceição disse com muita propriedade possivelmente seria uma página virada, porque já tinha sido discutido, já tinha, inclusive, se resolvido. Mas, de qualquer sorte, parabéns, Deputado, Vossa Excelência está de parabéns pela sua iniciativa e a Assembleia está de parabéns. Deus abençoe a todos e muito obrigado pela oportunidade.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Obrigado, Secretário Romildo Pereira. Eu quero convidar o senhor Zeca Borges, Presidente da Associação dos Deficientes Físicos da Amazônia Legal, para adentrar aqui, por favor, sentar aqui, Zeca. Passo a palavra agora à senhora Rosilene Silva, ela que é Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Informar também aos oradores seguintes do tempo de três a cinco minutos, haja vista termos ainda vários oradores. Obrigado.

A SRA. ROSILENE SILVA – Bom dia a todos! Eu quero cumprimentar o Deputado Estadual Edvaldo Soares, Deputado Federal Marcos Rogério, agradecer Deputado Edvaldo, por ter

nos convidado para estar presente aqui nesta Audiência Pública que é de muita importância para área da Infância e Adolescência. Eu gostaria de pontuar, eu anotei algumas falas que foram ditas anteriormente muito importantes e assim nós temos no nosso país principalmente aí, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma Lei de primeiro mundo, mas a execução dessa Lei ela é defeituosa, então, por isso que acontecem essas discussões.

Então, quando a Juíza da Infância nos fala que o Comissariado de Menores foi extinto e aí traz essa atribuição ao Conselho Tutelar e aí depois a fala da Promotora, quando ela nos traz que o Conselho Tutelar é um braço do Judiciário, do Ministério Público, não é exatamente isso que o Estatuto da Criança traz. O papel do órgão Conselho Tutelar é o papel de fiscalizar as entidades de atendimento, quando os direitos dessa criança e desse adolescente são violados e não de fiscalizar portarias expedidas pelo Judiciário.

Então, acontece hoje muito a situação da violação do direito por conta da inversão dos papéis e se nós estivermos todos os momentos vigiando isso, qual é o meu papel dentro dessa situação? Então, quando nos traz a situação do fortalecimento dos Conselhos, isso é importante. O representante do Governador, ele fala muito bem com relação à importância da presença dos Conselhos Municipais, os Conselhos Municipais da Criança, dos Conselhos Municipais do Idoso, dos Conselhos Municipais da Saúde, isso é importante, mas, na maioria das vezes, eles não estão participando porque eles não têm estrutura para participar. Hoje, infelizmente, os Conselhos estão fragilizados porque não têm uma estrutura de funcionamento e isso atrapalha todo o andamento do processo.

Então, quando chega uma situação para o Conselho Municipal da Mulher com relação à violência física ou sexual dessa mulher, para onde ela vai recorrer? Ou muitas das vezes para reunir, para buscar esses dados, essa informação para se criar uma política pública para a mulher ou para a criança ou para o adolescente, esse Conselho precisa se reunir em um local impróprio. Por quê? Porque o Poder Público não dá condição de funcionamento desse Conselho, isso também é política pública. Então, quando, nós falamos com relação aos adolescentes que estão internados, nós temos o SINASE que precisa ser cumprido. O que nós precisamos hoje é de fiscalização da comunidade e nossa, do Poder Público, para que se cumpra a legislação, para que se cumpra a Lei. Se nós conseguirmos cumprir, fiscalizar aquilo que está posto, parte da violação do direito que acontece hoje, ele vai ser cessado.

Agora, uma coisa, Deputado, que nós precisamos ter muita atenção, e isso eu falo não só na situação de Porto Velho, mas em situação do Estado, porque nós andamos no Estado, a gente conhece, temos dados com relação à situação dos profissionais de atendimento à criança e ao adolescente, mais específica, que é a minha área, nós não temos profissionais suficientes para atender esse público, essa demanda. Nós temos os CRAS e nós temos os CREAS. Mas os CRAS e os CREAS, já foi falado, e eu vou repetir, eles não têm profissionais suficientes para atender com uma boa qualidade, recurso para isso nós temos, e temos onde buscar, mas não há uma fiscalização. Nós estamos discutindo a questão do depoimento sem dano que a criança e o adolescente que é vítima de violência sexual não precisem

repetir várias vezes na Delegacia, na Promotoria, no Judiciário, enfim, repetir o que aconteceu várias vezes, porque cada vez que essa criança, esse adolescente ou essa mulher repete a violência que ela sofreu, ela vive novamente essa violência. Então, são algumas políticas que nós precisamos implementar, não precisamos inventar nada, nem criar nada, é só cumprir o que já está posto e implementar isso.

As Secretarias Municipais de Assistência Social pedem socorro nos municípios, os municípios grandes pedem socorro, imagine um município pequeno. Eu visitei um município que a Secretária disse: "Rose, eu tenho uma Assistente Social e um Psicólogo que atende a Saúde, a Educação e Assistência Social". Isso é inadmissível no nosso Estado. Hoje já não pode se falar a questão que não tem profissional, porque as universidades estão aí todos os anos formando profissionais na área da Saúde, na área de Assistência Social, na área de Psicologia. Uma luta nossa é para que se criem as Delegacias Especializadas de Proteção à Criança e ao Adolescente. O Estatuto da Criança fará 24 anos, e nós não temos, apenas em Porto Velho nós temos as duas Delegacias Especializadas, e aí vão dizer: "*Mas, precisa ter uma estatística, precisa ter um número X de público*". Vamos buscar isso. Se nós buscarmos, cada município teria que ter uma Delegacia Especializada e não só o Delegado e dois Agentes, tem que ser estruturada, um Assistente Social e um Psicólogo para atender aquele menino e aquela menina. Somente para encerrar, nessas Delegacias precisa ter, que é uma luta nossa, precisa ter um Defensor Público para atender essas crianças e esses adolescentes, mais específico o adolescente autor de ato infracional, que é Lei. No artigo 87 diz que o adolescente tem direito à proteção jurídico-social, isso é importante. Nós estamos discutindo a questão dos Centros de Recuperação, perfeito, a Constituição Estadual diz que é dever do Estado, eu entendo, sou leiga no assunto, mas quando se diz que é obrigação do Estado, é dever do Estado, tem que se criar um centro e não patrocinar para sair do Estado, para ir, porque é um gasto maior. Eu louvo as instituições não governamentais que fazem esse trabalho, muitas delas com suor do próprio rosto e com doações, sem nenhum centavo do Governo, mas o Governo tem que assumir a sua responsabilidade de criar um centro, não somente para o adulto, mas também para criança e para o adolescente, que hoje em dia está muito grande o número de crianças que estão se envolvendo com a situação de drogas, estão aqui os nossos colegas do PROERD que podem falar sobre isso, há um número grande de crianças que estão entrando no mundo das drogas, e nós não temos um Centro de Recuperação para essas crianças. Então, não basta somente eu financiar, mas eu tenho que assumir a minha responsabilidade de ter isso como uma política pública de Estado, para combater essa situação da drogadição.

Encerrando mesmo a minha fala, nós temos que olhar também a situação das pessoas que estão em situação de rua, que tipo de política pública nós estamos tendo para as mulheres que estão em situação de rua, para as crianças e os adolescentes que estão em situação de rua, isso precisa ser discutido. E eu acredito que a partir daqui vai se começar uma discussão mais íntima, mais fechada no sentido de analisar dados, em que ponto o nosso Estado está falhando, como atuar

na questão principalmente do morador de rua que está se avançando em nosso Estado.

Muito obrigada.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Eu quero agradecer pela senhora ter vindo lá de Porto Velho aqui para participar desse evento. Muito obrigado por ter nos atendido tão gentilmente. Eu sei que Audiência Pública é isso, às vezes a gente fica meio que cansativo, mas é importante, é importante a fala de cada pessoa aqui, é importante demais para o relatório final, muito importante. Então, pediria a vocês, vou passar a palavra agora à Doutora Elaine Franco, representando a OAB, subseção de Ji-Paraná, com a palavra.

A SRA. ELAINE FRANCO – Bom dia a todos! Bom dia, Deputado, demais pessoas. Depois das belas palavras da Rose, fica difícil complementar alguma coisa. Eu sou advogada, atuo na área privada, e eu atuo no CREAS, Rose, e aí até o Doutor Eliseu teve que sair, mas a Sônia sabe da nossa realidade, aquilo que a Doutora Conceição falou, a gente faz milagres. Ji-Paraná tem uma realidade muito triste do abuso sexual de criança e adolescente, nós temos a violência contra a mulher que também a cada dia está pior, e aí nós lá, a gente todo dia questiona, nós profissionais: o que nós fazemos? O nosso trabalho acaba sendo paliativo, porque a Delegada fez o trabalho dela, ouviu aquela criança, instaurou inquérito policial, a Promotora de Justiça ofereceu a denúncia, o Judiciário denunciou o abusador sexual, ele buscou as provas para tentar condená-lo e no final não consegue. E aí, nós lá nesse período passamos a atender aquela criança, aquela família, e o que fazemos? Porque só atender a parte psicológica, oferecer bolsa-família, isso não resolve porque a ferida daquela criança está na alma, não tem como o psicólogo conseguir resolver, porque o Estado tem que vir, ele tem que fazer alguma coisa para tentar amenizar esse sofrimento. Porque a nossa triste realidade hoje, que o abuso sexual em primeiro lugar é o pai, depois vem o padrasto, depois os tios, os avós, e eles estão abusando, e nós atendemos, o psicólogo faz o trabalho dele, só que o nosso trabalho é assistencial. Muitas vezes essa criança precisa de uma terapia, ela precisa de um psiquiatra, ela precisa de um psicólogo que vai acompanhá-la muitas vezes pelo resto da vida, porque há casos já provados que o abuso sexual praticado pelo pai ocorre o suicídio, aquela mulher não consegue ou aquele menino não consegue superar esse trauma. E o Estado, o que ele está fazendo, além disso? Não é só atender, a Delegada fez o trabalho dela, o Ministério Público fez o trabalho dele, o Judiciário fez o trabalho dele, nós tentamos fazer o nosso trabalho, e o Estado? O que ele está fazendo além? Porque aquele jovem que nós atendemos, que foi abusado sexual, ele volta para casa, quando ele chega à casa dele a mãe está trabalhando, o pai está trabalhando, não tem comida em casa muitas vezes. E o Estado? Cadê o lazer, cadê a educação, cadê o esporte, cadê o mais? E esse mais também não é só o Estado, a gente não pode só cobrar do Estado, esse mais, nós, sociedade, quando eu digo nós, eu, você, todos nós aqui, a gente tem que fazer o nosso papel. Nós temos que olhar o nosso vizinho, a gente tem que buscar saber se tem alguma criança sendo abusada, alguma mulher que está sofrendo violência, hoje é outra realidade que nós atendemos também a mulheres violentadas. Essa semana

foi muito triste, a mulher foi violentada fisicamente, sexualmente, pelo esposo com quem está casada há quinze anos. A Delegada atendeu, foi expedida à medida protetiva para ele ficar mil metros de distância dela, o Ministério Público pediu a prisão, o Juiz prendeu e o advogado soltou. Tudo bem. Está tudo dentro da Lei, todo mundo tem o direito de defesa. Só que essa mulher, esse homem, depois que ele saiu, ele começou a ameaçá-la, mandou alguém ameaçá-la que vai matar, ele ligou, ele ameaçou as crianças, ele foi à escola. E ela nos procurou, e eu a orientei, vá à Delegacia e faça uma ocorrência policial por ameaça, aí ela virou para mim e falou assim: “Doutora, isso aqui não segura bala”. E aí naquele momento eu levei um susto, porque eu estava orientando, eu estava fazendo o meu papel, e aí vai segurar uma bala? Ela provavelmente vai voltar para casa dela, ela vai ser novamente violentada, ela vai ser novamente agredida e o Estado, o que o Estado está fazendo?

Então, isso que a Promotora falou é muito importante, nós temos hoje que ter a nossa casa lá, essa mulher quando ela for, porque a violência, igual ela falou, é física, psicológica, sexual, moral, material, porque nós temos agressores que eles destroem os documentos, eles destroem a roupa daquela mulher, eles destroem tudo, ele tira toda dignidade dela, e ela não tem para onde ir, ela vai para onde? Para a casa do vizinho? Para casa de um parente próximo? Só que ela não aguenta, ela tem filhos, muitas vezes ela não tem profissão, ela não tem trabalho, ela vai fazer o quê? Vai voltar para aquele lar, como já tivemos casos que ela falou assim: “Doutora, eu prefiro apanhar que ver meus filhos passarem fome”. Então é uma realidade muito triste de Ji-Paraná e do Brasil, a cada cinco minutos uma mulher é agredida fisicamente. Então, o Estado tem que fazer alguma coisa, Estado, quando eu digo, nós também, a sociedade, nós temos que buscar, nós temos que proteger e através disso, Deputado, que a gente vai conseguir fazer alguma coisa. E o que me deixou triste hoje é que eu não vi nenhum adolescente fazendo parte desta Audiência Pública, nós não estamos ouvindo eles, eles são os principais interessados, eles que têm que saber o que eles querem. Ela falou da ociosidade, a criança, quando ela sai da escola, você mesmo disse, a escola não oferece muita coisa, porque também pegar um adolescente, fazê-lo ficar sentado quatro horas prestando atenção numa matéria que muitas vezes ele tem dificuldade, porque a base dele lá não foi muito boa, o que ele vai fazer a tarde? Ele vai fazer isso, ele vai buscar as drogas, ele está sozinho. Nós temos crianças lá de doze anos que são mulheres dos pais, são mulheres dos padrastos, elas lavam, passam, cozinham e são abusadas e muitas vezes nós vemos omissão da mãe, porque ela prefere que aquele abusador continue abusando da filha dela, mas ele dê arroz e feijão para o resto dos filhos. Então, é muito triste, lá no nosso programa nós trabalhamos, eu como advogada, nós temos uma assistente social, temos um psicólogo, Dr. Aristeu, ele é um excelente profissional, ele faz o que ele pode, só que, coitado, ele não tinha mais condições de continuar porque é muito sofrimento, até a Sônia esteve agora, disse que nós vamos precisar de terapeutas porque os profissionais lá não estão aguentando mais. Por que, gente, isso é até interessante nós falarmos, será que nós somos uma fraude? Porque a gente está trabalhando, a gente está fazendo alguma coisa, mas



nós não estamos vendo o resultado. Porque quando aquela família sai dali, ela volta para casa e ela volta para a realidade dela, a realidade é o que ela vive no dia a dia e ela não tem ninguém para pedir socorro porque muitas vezes é a parte financeira, é o dinheiro que faz muitas vezes essas famílias viverem nesse círculo de violência. Muitas mulheres vivem nesse círculo de violência, não conseguem quebrar porque elas não têm condições financeiras, que o Estado tem que vir e dar condições, tem que capacitar esses jovens. Porque esse jovem hoje que sofreu essa violência, fatalmente, quando virar um adulto, ele vai praticar violência também, não é que toda a pessoa que sofreu a violência ela vai se tornar, mas é o caminho normal como ela vai buscar as drogas, talvez até o suicídio. E nós hoje estamos mudando de geração, falou aqui do trabalho, eu, particularmente, não concordo que criança tem que trabalhar, criança tem que ir para a escola, criança tem que profissionalizar, criança tem que aprender uma profissão, criança tem que ter lazer, ela tem que ter amor, ela tem que ter proteção, ela tem que ter garantias de direito. E isso é só o Estado que pode fornecer juntamente com a sociedade.

Obrigada, era só, tentei não estender muito e tenham um bom dia.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Obrigado, doutora. Com a palavra, representando a Câmara Municipal de Ji-Paraná, o Vereador Joaquim Teixeira.

O SR. JOAQUIM TEIXEIRA – Excelentíssimo Senhor Edvaldo Soares, Deputado Estadual, quero cumprimentá-lo. Quero cumprimentar também o Excelentíssimo Senhor Secretário nesta feita representando o Governo Estado. Quero cumprimentar também a Dona Sônia, representando o Prefeito Jesualdo. Quero cumprimentar também a nossa Presidente da APAE, aqui dando a honra de sua presença, a Dra. Elaine. Pastor Florindo, também representando todas as autoridades eclesiais. Eu quero aqui, em nome do Coronel Plínio, cumprimentar todas as autoridades presentes, cumprimentar também o meu parceiro, Vereador Edivaldo Gomes; a imprensa presente e a todos os senhores e senhoras aqui e o público presente. Quero parabenizar o Deputado por esta iniciativa e esta Audiência Pública, quando fala em criança e adolescente fala no futuro, fala no futuro do nosso país. E eu me alegro muito quando vejo a preocupação com a criança, o adolescente e a juventude, porque, Coronel Elizabete, eu tive o privilégio na minha vida de trabalhar 20 anos com jovens, eu como líder religioso trabalhei vinte anos com a juventude, e eu pude, Secretário Romildo, acompanhar os vinte anos passado da juventude, do adolescente, eu pude ver a necessidade e atenção para o jovem adolescente. E quantos jovens que a gente via jogado, e vê jogado pelas ruas às vezes, e às vezes a gente até critica, já ouvi pessoas dizendo: *“isso é um noiado, esse aí já não presta para mais nada”*. Eu pude apreciar isso muitas vezes e doer na minha alma de saber que ele é um ser humano que pode ser um grande homem, uma grande mulher no futuro. Então quando eu vejo essa preocupação hoje, Deputado, essa iniciativa aqui desta Audiência Pública falando com essa preocupação com a criança e o adolescente, e não falar juventude e para mim isso é importante.

Às vezes nós cobramos muito dos nossos representantes, asfalto, prédio, e às vezes esquecemos da peça fundamental que é o ser humano, aquela pessoa valorosa que pode ser um alguém na vida, que pode ter um grande futuro na vida e às vezes falta o nosso carinho, o nosso cuidado com ele. Mas vamos ter esse zelo, ser verdadeiro que nós possamos fazer uma política mais voltada ao ser humano, uma política dedicada ao nosso futuro do nosso Brasil. E quando se fala numa mulher, fala numa pessoa muito importante, numa mãe que deu a luz a um filho, que lutou pela criação de um filho, e às vezes uma sofredora, e às vezes não é muito valorizada. Então essa Audiência é importante quando fala nessas pessoas, criança, adolescente, mulher e o idoso. Quando se fala no idoso, fala naquele homem, aquela mulher, aquela pessoa que dedicou a sua vida a família e hoje chegou a idade dele, e às vezes ele tem que sobreviver a vida dele, às vezes ele tem que tratar da saúde e às vezes ter a despesa com o salário mínimo e muitas vezes não é valorizado. Quando eu vejo um idoso chegando num posto de saúde ou num hospital se eu pudesse pegá-lo nos braços e chegar ali e colocá-lo lá, eu faria por que eu tenho um carinho especial por que eu sei o quanto ele lutou para chegar à idade que ele chegou. Então precisa ter o nosso reconhecimento, precisa ter o nosso cuidado, e nós como políticos representando essa sociedade, nós temos que fazer uma política séria, com competência, pensando no nosso futuro. Naquele que está crescendo, na criança, no adolescente e no jovem, mas também valorizar esses que estão aí também já com seus anos vencidos, por muitos anos trabalhando e às vezes as pessoas olham não tem aquele olhar de carinho, esse já foi tempo dele, já venceu o tempo dele, já passou e na verdade ele precisa muito do nosso afeto, do nosso amor e nosso carinho. Então Deputado Edvaldo parabéns por essa atitude, parabéns por essa Audiência Pública aqui em Ji-Paraná e nós aqui da Câmara Municipal, recebemos com muito carinho em nome do Presidente, Nilton Cesar deixo aqui os nossos agradecimentos a todos os senhores e senhoras que se fazem presentes nessa Audiência Pública. E falar da importância que está sendo essa Audiência Pública, que não fique só nessa, mas que sempre essa Câmara de Vereadores está de braços abertos para recebê-los com muito carinho. Eu deixo as minhas palavras de agradecimento, estive conversando com a doutora Ana Valéria e falando para ela, eu sei a luta que ela tem e às vezes as condições são poucas, mas que nós possamos trabalhar, se ajuntar, se alinhar o grupo político junto com as autoridades que nós possamos realmente fazer um trabalho em conjunto para a melhoria do nosso município, nosso Estado e nosso país. Deixo minhas palavras de agradecimento meu muito obrigado a todos, que Deus abençoe e tenha uma boa tarde.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Eu quero registrar a presença do Sr. Edgar do Boi, Pastor Rufino, Pastora e PM Luciana Soares, agradecer a presença. Está de retorno aqui a Juíza, Dra. Ana Valéria e a Dra. Conceição, Promotora de Justiça, se quiserem voltar para a Mesa estejam à vontade. Eu vou passar a palavra agora à Secretária Sônia Reigota, que representa o Prefeito Jesualdo Pires.

A SRA. SÔNIA REIGOTA – Bom dia a todos. Em nome do Prefeito quero agradecer a presença de todos. Em nome do Deputado Edvaldo Soares, parabenizar por essa iniciativa. E em rápidas palavras, porque tudo aqui já foi dito, principalmente pela Dra. Conceição que falou tudo aquilo que é as angústias que nós sentimos, até porque a Dra. Conceição e a Dra. Ana estão no nosso dia a dia. A Secretaria da Assistência hoje realmente agoniza, ela pede socorro porque toda a demanda do município vai para a Assistência Social. Primeiro, sem recursos humanos não se faz uma política de assistência. Falar que dez Conselheiros dão conta do município de cento e trinta mil habitantes é impossível. Os CRAS, nós temos 3 CRAS, 1 CREAS, 1 Centro de Convivência, o município garante a equipe mínima, aquilo que está estabelecido pela NOB-RH/SUAS, mínimo do mínimo do mínimo, mas se cumpre aquela equipe ali mais ou menos. Dizer que temos profissionais para contratar, até temos, que prestam concurso, nós fazemos a chamada e quando ele vem para assumir, que ele vê o salário, porque a política da Assistência Social hoje não tem um Plano de Carreira, ele não quer. Um psicólogo trabalhar por dois mil, dois mil e poucos reais, porque não existe uma política de valorização, ele desiste, ele abre mão.

Então, nós passamos o ano convidando, chamando e em edital até acabar e a gente acaba não fazendo uma política de qualidade. Então, o que está acontecendo nos nossos municípios? O Município tem feito a sua pequena, mas tem feito a sua parte com as suas Secretarias, o Governo Federal tem feito a sua parte com repasses para a política da assistência, mas infelizmente o Governo do Estado de Rondônia, principalmente, Deputado, ele não faz porque existe um Pacto Federativo: Estado, União e Município. O Estado não repassa fundo a fundo o recurso da Assistência Social, nós ficamos amarrados no que o município pode fazer, que é o pagamento com o pessoal, com a folha de pagamento; o Governo Federal na manutenção dos serviços, mas onde o Estado deveria entrar para dar o suporte, o Estado não entra. Então fica um vácuo, fica aquele meio e a gente não consegue fazer uma política eficaz, não é por falta de vontade, não é por nada disso. Nossos, como disse a Dra. Elaine ali, são guerreiros, vestem a camisa, eu tenho funcionário na Secretaria que manda bilhete para mim, hoje não é mais bilhete, é WhatsApp: *“estamos aqui, OO10min, terminando um trabalho”*. Isso é porque tem pouca gente. Eu fiquei emocionada porque há oito anos eu estou na Assistência e nós lutamos muito, mas a gente às vezes não consegue porque nem todos fazem a sua parte. Eu até queria agradecer aqui ao Deputado Marco Rogério, que saiu, ele juntamente com outros Deputados federais fizeram aquela emenda que é a equipagem para os Conselhos Tutelares. O município de Ji-Paraná está recebendo, são dez computadores, dois carros, dois carros novos já estão na Jirauto, acredito que até uns dez dias aí eles receberão dois veículos novos, computadores, nós estamos tentando melhorar a estrutura do prédio dos Conselhos Tutelares, mas também a gente sabe que não é fácil porque o município também não tem recursos, são poucos e a gente esbarra na Lei de Responsabilidade Fiscal também para contratar mais funcionário.

Então, é uma série de coisas, gente, que vai travando, uma vai travando a outra, e a falta de entendimento para os governantes, o que é a política da Assistência Social, porque é

muito mais visível tapar buraco, é muito mais visível fazer um asfalto, isso tem mais visibilidade, que atender e proteger as famílias não tem visibilidade, mas o resultado está aí hoje, famílias desestruturadas. Nós temos os nossos PAIF, que é o Programa de Atendimento Integral à Família, mas onde? Eu tenho dois CRAS no 2º Distrito, aonde que esses dois CRAS vão dá conta de sessenta, setenta mil famílias que estão lá? Não dá, gente. Então, nós temos realmente que criar políticas para melhorar os nossos atendimentos para que a gente possa contratar mais profissionais, mas não só sobrecarregar os municípios, porque os municípios realmente estão sobrecarregados. Nós precisamos, sim, dividir essa responsabilidade: Estado e o Governo Federal. É isso. Obrigada.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Pessoal, sei que a hora está avançada e a gente disponibiliza de uma estrutura da Assembleia Legislativa para vir a Ji-Paraná debater um assunto tão importante, e só porque a gente está com pressa a gente encerrar? Não é justo. Não seria justo. Então, eu gostaria de pedir a vocês que entendam. Eu quero passar a palavra ao Sr. Daniel, que é Presidente do Conselho dos Idosos, enquanto ele se prepara ali o Vereador Edivaldo Gomes, por favor, Vereador, fique à vontade.

O SR. EDIVALDO GOMES – Deputado, eu queria usar a palavra ali mesmo no meu assento, mas é uma honra aqui usar a tribuna numa Audiência como esta.

Eu quero aqui em rápidas palavras cumprimentar o Deputado Edvaldo Soares, parabenizá-lo pela realização desta Audiência que debate esse tema tão importante para a nossa sociedade. Como Vereador aqui junto com o Joaquim, o Lincoln e toda a Câmara, a gente se sente muito feliz em recebê-los nesta que é a nossa Casa, que é a Casa da população de Ji-Paraná. Sinta-se toda a Mesa cumprimentada, apenas eu quero fazer uma deferência aqui à Dra. Ana Valéria que eu considero uma amiga deste que também é jornalista, e a gente acompanha o trabalho dela já há muito tempo, feliz pela sua presença, há muito tempo que não a via, doutora Ana Valéria e a doutora Conceição que eu tive o prazer de acompanhar hoje e acompanho, doutora Conceição, a sua atuação como Promotora, isso como membro da imprensa vendo os casos que chegam lá na sua Promotoria.

Vejam, senhoras e senhores, o quanto a questão da violência invade, incomoda e tira a liberdade da sociedade brasileira. Esta Audiência, Excelentíssimo Senhor Deputado Edvaldo Soares, era para debater a violência contra o idoso e contra a criança e o adolescente, e nós temos aqui uma audiência transformada num debate de violência contra a sociedade. Isso é porque é isso que as pessoas e que a sociedade e que seus representantes aqui estão sentindo. E não precisamos ir longe, senhoras e senhores da plenária, quando nós ligamos hoje o *Jornal Nacional*, o jornal de bancada mais consolidado do Brasil, 50% do tempo do *Jornal Nacional* está relacionado a fatos de violência e maioria deles envolvendo crianças e adolescentes. Então, hoje discutir políticas públicas, Vereadora Nair Barreto, relacionadas a evitar que o idoso, a criança e o adolescente sejam violentados, ele passa pela discussão da violência total, e essa violência hoje está ligada ao uso de drogas. É por isso que a Audiência se transformou

na questão da violência e na questão que temos do envolvimento hoje das crianças e do adolescente com o uso de entorpecentes. Eu quero aqui, Deputado Edvaldo Soares, que esta Casa, a Câmara de Vereadores, ela tem feito algumas ações neste sentido. A primeira ação que eu quero destacar é a Criação do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas. Um Conselho, uma discussão levantada pela Vereadora Márcia Regina, do qual eu faço parte do comitê para a criação desse Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas e que temos o apoio dos órgãos de segurança envolvendo a Polícia Militar, através do PROERD, através dos Jovens Construindo a Cidadania, envolvendo a Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público e todos os órgãos convidados a participar desta criação do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas. Eu estava há pouco observando alguém que cobrava, que não me recordo o nome agora, a doutora Delegada de Polícia que está na Delegacia Regional aqui de Ji-Paraná, Dra. Fabiana, e ela perguntava: *O que nós vamos fazer com o nosso usuário de drogas?* Bem feita a pergunta, Doutora. Ontem, este Vereador esteve na Secretaria de Saúde de Ji-Paraná para fazer uma cobrança e um pedido que já foi nos feito nesta Casa através do Ministério Público, que é a criação do CAPS AD, nós já temos um CAPS hoje funcionando em Ji-Paraná para pessoas com distúrbios mentais, CAPS para quem não conhece a sigla é o Centro de Apoio Psicossocial, e o CAPS AD, é o Centro de Apoio Psicossocial Para Dependentes de Álcool e Droga, por isso que é CAPS AD. E o Secretário Renato Fulvert que me deu a notícia que ficou mais esperançoso de que o CAPS AD de Ji-Paraná está, doutora Conceição, com o Projeto acabado, formalizado e protocolado no Governo Federal e acredita-se que ainda neste ano começa a se implantar o CAPS AD em Ji-Paraná, que é o CAPS para recuperação de dependente do álcool e das drogas. Pastor Floriano Peixoto, parabéns pelo seu trabalho, mas eu como membro da imprensa, como representante hoje da população e eu até falei uma coisa hoje no meu programa de TV, que eu espero que os repórteres policiais não se ofendam, mas eu falo com certo conhecimento do assunto, e eu me coloquei a mim, não os outros repórteres policiais. Que eu era repórter policial de porta de cadeia, eu era cachorrinho farejador de notícias em porta de cadeia, e isso me deu a oportunidade de observar usuários de drogas, saber do comportamento dele, o que o leva para o uso de drogas e acima de tudo quais são as possibilidades de recuperação. E uma coisa eu cheguei à conclusão absoluta nesse período, o trabalho das entidades religiosas é importante, mas eu sou da ideia de que o Estado, Município e Federação precisam ter centros independentes para recuperação do dependente químico. Porque não são todas as entidades religiosas, mas uma quantidade significativa, quando o cidadão cai lá dentro, ele tem que se converter àquela religião cujo centro é administrado. E eu faço uma pergunta às senhoras e aos senhores: quem toma café tenta ficar um dia sem tomar uma xícara de café? O quanto que é difícil; e o café não causa nem meio por cento da dependência química de uma maconha, de um *crack*, de uma cocaína. Agora, imagina o cidadão que ele precisa sair do uso de drogas, ele fica longe da família, ele fica longe da droga e ele fica longe dos amigos e ainda tem que mudar de religião, é humanamente impossível esse cidadão se recuperar.

É por isso que eu estive ontem na Secretaria de Saúde cobrando a implantação do CAPS AD, o Estado, o Município, o Governo Federal têm que entender que o Poder de Estado, o Poder Público constituído com todos os entes da Federação tem que ter Centros independentes para recuperação de dependentes químicos, embora eu parabenizo o esforço das igrejas. E na outra parte, aqui temos muitos representantes das polícias, eu sou da seguinte ideia, Tenente-Coronel Plínio, a polícia tem que prender o traficante, porque enquanto a sociedade tira um do vício, o tráfico coloca dez. A gente vê em Ji-Paraná um trabalho mais efetivo, mas o boqueiro, o traficante tem que ir para a cadeia, senhoras e senhores, porque senão não resolve. Se os senhores observarem a minha testa, eu tenho um corte de vinte e quatro pontos porque como jornalista de jornal escrito eu denunciei, eu publiquei a foto de um traficante preso com quinhentos quilos de cocaína. Algum período depois ele estava solto e queria me matar, levei 24 pontos, mas eu não mudei de opinião, Tenente-Coronel, só tem um jeito: ocupar a nossa juventude e colocar o traficante na cadeia. E eu parabenizo o trabalho, cada vez mais a gente vê a Polícia Militar tirando, e agora o Dr. Cristiano Matos tem dado uma intensificada muito forte nas desarticulações das bocas de fumo. Nós fizemos aqui, Deputado Edvaldo Soares, já a nossa primeira audiência para discutir o que fazer com o nosso jovem, porque recuperar é uma parte, mas nós temos que evitar que o jovem vá para o mundo das drogas. Temos o trabalho bonito do PROERD, temos o trabalho do Jovem Construindo a Cidadania, mas nós chegamos nessa Audiência Pública feita pela Câmara de Vereadores em 2013, algumas denominações que eu tenho cobrado também do Poder Executivo. Primeiro, que é capacitar o nosso jovem, nesse ponto a Secretária Sônia Reigota tem sido muito eficiente, porque Ji-Paraná tem na Secretaria de Assistência Social hoje todos os programas capacitivos e assistenciais funcionando, todos capacitivos e assistenciais. Parabéns, Sônia, tudo que existe no Brasil a senhora conseguiu, só que não adianta o jovem passar por um curso de capacitação e depois ele não tem o que fazer, ele fica o dia inteiro desocupado, ele fica numa praça pública a mercê dos traficantes. E aí nós chegamos a uma denominação Coronel, os dois Coronéis e a senhora também, nós chegamos numa linha de conclusão, uma das políticas: ocupar os nossos espaços públicos. Nós temos praças, nós temos ginásios, nós temos logradouros, mas esses espaços não são ocupados pelo Poder Público. Então, dá condição ao nosso jovem de atividades recreativas, de atividades de lazer lá na quadra do bairro dele, lá na pracinha do bairro dele.

Então, é uma definição da nossa Audiência Pública que foi para o Executivo para que o jovem, Deputado Edvaldo Soares, ele tenha no fim de semana um movimento cultural lá na praça dele, que ele tenha lá no colégio dele, no fim de semana uma atividade esportiva, porque enquanto ele estiver envolvido com atividades culturais e esportivas, ele não tem tempo para ir para as drogas. Então, essa é uma definição nossa para ir para o Poder Executivo Municipal, que o município ocupe os espaços públicos de Ji-Paraná. E aí vai, Deputado Edvaldo, o meu pedido aqui ao senhor como Deputado, levar para o Estado essa ideia de ocupar os espaços públicos com atividades culturais e esportivas para o nosso jovem. Isso é um pedido que eu queria mesmo falar, fazer, pedir para que o senhor leve



ao Governo do Estado, promover mais atividades de ocupação dos espaços públicos. E aí alguém pode falar: “*mas nós já temos o JOER, já temos os JEM*”. Mas essas são atividades sazonais, elas não são atividades permanentes. Ou o Estado, através do município, através do Governo do Estado e da Federação, ocupa os espaços públicos ou eles continuarão os espaços sendo ocupados pelos traficantes.

Eu quero cumprimentar muitos amigos da imprensa que eu tenho aqui e deixar também a vocês da imprensa, quem ocupa rádio, jornal e TV, os jovens se espelham em nós da imprensa, os jovens tiram muitos conceitos de quem eles estão vendo no rádio, na televisão, de quem está na mídia. E outro dia eu vi um posicionamento que me preocupou bastante do apresentador Rafinha Bastos, e tem cada vez acontecido mais isso, artistas, apresentadores, personalidades incentivar o uso da maconha. Senhoras e senhores, aprendi em porta de Delegacia, não é todo mundo que está numa droga pior, mais forte. Não é todo mundo que usa maconha que está numa droga mais forte, mas todos que estão numa droga mais forte começaram na maconha. Passem dez anos na porta de uma Delegacia que os senhores vão aprender, não é todo mundo que está na maconha que vai para a droga mais forte, mas todo mundo que está lá acabado no *crack*, na cocaína, na heroína e de outras coisas mais começou na maconha.

Então, apresentadores, tomem cuidado com o que os senhores falam. Outro dia vi o Rafinha Bastos falando, eu acho que ele nunca foi numa porta de Delegacia, falar que ele tinha fumado um baseado antes de começar o programa. Então, nós apresentadores, nós da mídia, quem temos que ter responsabilidade porque as nossas crianças, os nossos jovens nos seguem. Quero agradecê-lo, Deputado Edvaldo, parabenizá-lo mais uma vez, nos sentimos muito felizes em recebê-lo aqui na nossa Casa, que é a Casa da população de Ji-Paraná e leve essa nossa ideia para o Estado ocupar permanentemente os nossos espaços públicos.

Muito obrigado, fiquem com Deus.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Eu quero passar a palavra ao Senhor Daniel por três minutos. E ele é Presidente do Conselho dos Idosos, e é um prazer tê-lo aqui, Senhor Daniel, participando com a gente.

O SR. DANIEL – Senhor Presidente da Mesa, Deputado Edvaldo Soares, a comitiva do seu evento, eu quero agradecer em primeiro lugar a presença da minha colega, que é a Batida, que é chamada de Maria Quitates, mas ela não é a Maria Quitates, não, é a Sônia Reigota, ela é combate, justa no seu serviço, nós temos que ver a pessoa quando está trabalhando, não criticar a pessoa porque está fazendo um trabalho não do meu gosto. E eu quero ser breve, meu Deputado, que eu não fui convidado, eu sou Presidente do Conselho do Idoso, eleito, e eu não fui convidado para este evento, eu por acaso vi na televisão, aí o Manoel me falou que era hoje, eu estava querendo vir ontem, mas para eu falar em defesa dos idosos, do senhor também que está com a cabeça branca. Eu fui eleito Presidente do Conselho do Idoso no dia 11 de maio, no dia 11 de junho e no dia 12 nós fizemos uma Conferência na REM, fui eleito de novo delegado para representar o município de Ji-Paraná em Porto Velho no dia 27, 28 setembro daquele ano e fui, fui eleito.

E lá em Porto Velho dois dias de debate com 52 municípios presentes, o nosso Deputado foi indicado pelo Governo do Estado como Presidente da Comissão dos Direitos da pessoa Idosa naquele dia, que nós ficamos debatendo o direito dessa pessoa idosa, e fui eleito de novo lá como delegado para representar esses velhos de Ji-Paraná lá em Brasília. E fui, fui sem medo, tive coragem de representar o povo de Rondônia na sua velhice, nós éramos 822, de 26 Estados e 1 território, 27. Só o Pernambuco naquela época mandou 129 delegados para representar o Estado do Pernambuco, nós fomos em 10, apareceu 9 lá e eu concordei e discordei com esse sistema. O Governo não é culpado, o Presidente da República às vezes não é culpado, o Deputado não é culpado, os policiais não são culpados, quem é culpado porque nós temos que aceitar esse sistema que vem de 1924 lá de fora, e ele mantém hoje fielmente contra nós. E nós temos que estar batendo palma para esse sistema, nós temos que contrariar reunindo a nossa classe com os policiais, com os Deputados, os Vereadores e esses velhos que são os mandantes de tudo.

Eu classifiquei os velhos lá em Brasília, Senhor Deputado e senhores ouvintes, com os melhores Deputados do mundo, o melhor juiz do mundo, o melhor representante de todas as classes são os velhos. Por que não é? Porque ele soube viver 60 anos, 70 anos, 80 anos, ele tem uma história bem aprumada da nossa administração. Nós aprovamos duzentos e sessenta e umas propostas levantadas por todo aquele povo que estava lá. Eu quero alegar aqui, sem ferir a dignidade de ninguém, nós temos oito Deputados federais em Brasília representando o Estado de Rondônia, nós temos 3 senadores da República representando o Estado de Rondônia, o evento foi consagrado e nós fomos daqui para lá em um avião cheio de gente, eu até fiquei animado: “*o governo está preocupado com nós*”. E no fim o dinheiro é nosso. Eu descobri a fonte do dinheiro, é o Fundo de Participação do Idoso que está lá na folha com seis milhões de reais, éramos nós que estávamos gastando por nós. Sabe quantos Deputados, quantos políticos, Deputado, apareceram lá no nosso evento? Paim, porque tinha um cargo, o Garibaldi é porque ele é o Ministro, a Deputada Maria Rosária, era representante do Conselho e o Deputado Deusdete, da Bahia, porque tinha cargo e um de Roraima porque tinha cargo e daqui de Rondônia não apareceu nenhum. Eu convidei o meu Deputado, o que esteve aqui agora, passado, assim verbalmente, eu estou lhe convidando, não apareceu, não, mas nós aprovamos 661 propostas, eu não trouxe o documento porque não tinha tempo de apresentar essa questão. Não teve nenhum Deputado, nem do Estado de Rondônia, nem de outros Estados que pegou aquele documento e levantou a questão no Congresso Nacional. Eu fiquei triste anteontem assistindo a TV Senado, os Senadores lá articulando um projeto para tirar o direito dos pais de orientar os filhos. Chegou o fim da picada. Jesus já não vale mais nada. Deus já não vale mais nada. Porque, Tenente, se o senhor não mandar na sua casa, dando ordem a seus filhos, nem na escola ele vai escutar ninguém. E por isso que estava ouvindo aqui a questão dos adolescentes matando, roubando, onde em Brasília, esse dia, anteontem, os Senadores discutindo a questão de um menor de 17 anos, desde os 12 anos ele está roubando, assaltando e fazendo coisa e ele faz questão de jogar pedra na polícia e vai completar 18 anos em setembro e vai continuar a vida com ficha limpa.

Está errada a nossa legislação. Está errada sim. Com oito anos, Deputado, eu fui nascido no interior do Maranhão, não foi na Capital, nem na cidade avançada, eu fui com oito anos, administrava o que era de meu avô, que me criou, com oito anos e dava conta. Eu estou aqui há 40 anos. Eu tenho prazer na minha vida, trabalhei 30 anos na assistência social voluntariamente. Fui Vereador seis anos e não tenho vergonha de dizer que fui Vereador, não, que eu bati na tecla desta Casa para conseguir ver os nossos direitos aproveitados e o direito dos idosos, que é desta classe que está desprezada. Uma repórter perguntou: *o que o senhor acha que tem que consertar?* 98%. 2% de positivo. Não está positivo. Você vê na periferia um velho morando num barraco, coberto de palha, sem nenhuma estrutura de saúde, sem nenhuma assistência técnica, sem nada, está ali na periferia de Ji-Paraná, não quero falar em São Paulo, não. Nós não temos uma condução transportando esses velhos como se deveria, nós não temos uma saúde. Eu tenho um pouco de conhecimento, mas eu tenho dos nossos direitos. Eu passei 23 dias na fila para receber uma caixa de remédio, eu cobrei do Prefeito aqui nesse corredor: por quê? Está tudo errado, Prefeito. Nós temos que conjugar, nós temos que sabatinar e sermos sabatinados por essa classe ali, nós não podemos sabatinar eles. O Vereador Edivaldo Gomes, o Deputado estadual, o Secretário, o Tenente, ele tem que ouvir a voz do povo, quem tem subsídio para dar é esse povo, é esse povo, sem o subsídio desse povo não adianta fazer projeto que vocês vão jogar pedra nesta Casa, tem que tirar subsídios desse povo, fazendo o quê? Ir lá na casa do cidadão, perguntar a cidadã e ao cidadão que é o pai e a mãe o que está faltando, ele vai dizer o que está faltando. De repente eu chegava aqui nesta tribuna, pedia para plantar banana e o que ele estava precisando era de mandioca. É esse povo é que tem a voz bendita, eu não estou aqui dando lição para ninguém, eu estou dizendo que é realidade da política brasileira, e esse estatuto aqui diz muita coisa, Deputado, ao nosso favor, mas cem por cento é negativo. O Promotor de Justiça achou por bem transcrever essa cartilha baseado neste Estatuto, simplificando a leitura para que o povo lesse aqui e eu distribuí mais de mil cartilhas dessas, mais de mil, que ele pediu pra ler. Leem e cobrem do Deputado, do Senador, do Delegado, do Juiz, dos Promotores, cobrem dentro dos nossos direitos. Porque nós não somos incentivados por ninguém, nós estamos justamente abandonados e cortados dos nossos direitos.

Eu vim aqui e falei com os seus assessores bem cedinho: eu quero fazer parte da Mesa, eu não fui convidado, porque eu quero defender essa classe baseado no que vai tratar aqui, junto com o Deputado, junto com a sua caravana, junto com a polícia e etc, etc, etc, com esta Câmara que eu tive o prazer de bater e quebrar a tribuna aqui seis anos, eu quebrei a tribuna aqui porque eu estava com raiva do que estava acontecendo, não é agora, não, infelizmente é rejeitado. Numa reunião do meu partido, o ano passado, eu me levantei e não concordei com o meu candidato, com o meu Presidente que é o Silva Júnior, não concordei, eu cobrei dele, aí um dos meus colegas falou que eu não precisava estar nem no PT. Eu queria estar no partido do Che Guevarra, porque eu falo a verdade. Gente, eu quero me encostar mais na Promotoria Pública, eu quero me encostar mais na Assembleia Legislativa, eu quero me encostar mais no Congresso Nacional, que eu não tenho como

ir lá, mas nós temos que nos organizar, essa classe sofredora e ir numa comissão no Congresso passar um dia, dois, como estão lá os funcionários públicos da Polícia Federal, da Polícia do Exército, da Polícia da Marinha, estão lá reivindicando os direitos, o INCRA, estão lá, e eles aprovaram alguma coisa satisfatoriamente para aquela classe e por que não nós? Por que os velhos? E os policiais? Se organizar e ir de encontro a quem nos representa, eles representam baseados no nosso subsídio, ao contrário não. Esse negócio de dizer: eu vou fazer uma emenda, isso é papo furado. No meu tempo, emenda era projeto e agora emenda é um pedacinho do orçamento.

Eu quero aqui, Deputado, agradecer a paciência e dizer muito obrigado. Eu não sou do seu partido, mas eu reivindico o direito nosso ao Deputado eleito no Estado de Rondônia Edvaldo Soares. Eu vou à Delegacia procurar um policial para nos dar segurança, eu não vou levar uma mensagem política para ele. Eu reivindico ao Vereador a necessidade de representação dignamente no nosso município. É isso que eu quero dizer. Eu tenho 40 anos morando em Rondônia, eu tenho um passado, eu tenho um passado digno. Tem meus amigos dizendo:  *você é um besta, rapaz, você saiu da Câmara mais pobre de que todo mundo*. Eu respondi para eles e respondo: eu sou um dos mais ricos que saiu da Câmara porque o meu pai me deu um patrimônio, foi a dignidade, o respeito, ele me deu e eu quero conservar.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Seu Daniel. Eu vou pegar uma cadeira para o senhor vir aqui ficar do meu lado. Eu quero dizer para vocês que vieram aqui e aí justifica aquilo que eu falei que muitas vezes a gente vem, desloca uma Assembleia Legislativa e a gente sai daqui muitas vezes sem ouvir o desabafo daquele que realmente deveria desabafar. E eu fico emocionado ao ouvir seu Daniel falar, porque, talvez, esse seja o grito da maioria dos brasileiros, aqueles que não têm acesso ao microfone, que não têm acesso a uma Assembleia Legislativa, a uma Câmara de Vereadores, muitas vezes ficam do lado de fora. Então, eu estou muito feliz com as palavras do seu Daniel. Dizer, seu Daniel, que o senhor pode ficar perto da gente, sim, tenha em nós amigos para que nós possamos realmente trabalhar no sentido de mudar tudo isso que está aí. Que Deus o abençoe.

Muito bem. Eu quero retornar aqui a palavra e agora vocês perceberam que realmente não dá para encerrar de qualquer forma, não é, Romildo? A gente tem que dar a palavra àqueles que querem falar. Pastor Floriano, por favor, com a palavra.

O SR. FLORIANO – Bom dia a todos. Bom dia, Deputado Edvaldo Soares. Parabenizar pela Audiência Pública aqui em Ji-Paraná e dizer da minha alegria de poder estar aqui. A minha fala é rápida e eu sou um dos fundadores do primeiro Centro de Recuperação daqui de Ji-Paraná. Agora tem mais outros, mas eu sou o primeiro. Há Dezessete anos, quando o *Gralha Azul* ainda era vivo, saudosa memória, policial e radialista, nós fizemos programas muitas vezes juntos e ele me ajudou muito e nós começamos a trabalhar. Só dali da T-6 que é conhecido o mercado São João, que tinha muita gente que dormia ali pelas ruas, nós temos fichas de mais de quatrocentas pessoas que eu como Pastor tirei dali rotativamente, tirava cinco, tirava

seis, tirava dez, e eu estava com vinte oito pessoas no fundo da igreja, que era difícil até para o culto à noite e o *Gralha Azul* apelando pelo rádio e eu ganhei um terreno ali na Gleba G, que onde é o Centro de Recuperação, há dezessete anos. Nós construímos e estamos trabalhando até hoje, temos uma entidade reconhecida no Serviço Social, em Brasília, organizada para convênios, porque Igreja não tem direito, então tem que ter uma entidade social e eu trabalho com esse trabalho.

Hoje eu não sou Pastor Presidente mais porque eu já estou com 72 anos, já me aposentei pelo INSS, pela Igreja, etc, mas ainda continuo trabalhando com o trabalho social e o centro de recuperação. Agora, nosso projeto é muito grande, deixa eu dizer para vocês, eu não sou apenas um coitado que só sabia ler Bíblia e pregar Bíblia, não. Eu sou filho de um fazendeiro e eu formei em São Paulo na Escola Mundial de Cultura Técnica, em técnico de construção, sou mestre de obra, eu só não sou engenheiro, mas estudei engenharia, mas tudo que um engenheiro faz eu faço. Já construí prédios de quinze andares na minha administração em Campo Grande. Já trabalhei na Camargo Correia, lá em Urubupungá, uma grande usina e eu tenho uma experiência profissional e tenho quatro anos de Teologia, eu sou formado quatro anos de Teologia e eu tenho dois anos de Teologia Pastoral, formado com um pastor que era formado em Teologia, que era formado em Direito e também Psicólogo. Além dos dois anos, dos quatro anos de Teologia, eu fiz dois anos de Teologia Pastoral com esse pastor que veio do Rio de Janeiro e esteve aqui em Rondônia.

Eu tenho uma formação. Como Pastor, eu toda vida achei que a gente não deve ficar apenas atrás de uma Bíblia dentro de quatro paredes, a gente tem que sair para o campo. E eu fui onze anos Pastor em Cacoal, construí um Centro de Recuperação lá, trabalhando com um menor, cheguei a Ji-Paraná, vi muitos menores, muitos idosos dormindo na rua, as pessoas às vezes falam: *o camarada usa droga*. Lógico, o camarada não tem aonde dormir, ele vai ter que dormir na calçada, a cama dele é a calçada, o travesseiro é uma pedra, o cobertor é um papelão, ele tem que usar a droga, ele vai ter que usar droga. Agora, a gente tem que fazer alguma coisa. Uma das coisas que o Vereador falou aqui que no nosso Centro de Recuperação não é uma verdade. Nós temos o Centro de Recuperação há dezessete anos e nunca incentivamos o camarada a trocar de religião. Nós lá no Centro de Recuperação pregamos todo dia, de manhã e de tarde, lemos Bíblia e oramos e entendemos que é uma forma de ajudar, se a pessoa está bem espiritualmente, automaticamente ele controla as demais coisas. Agora, nós não temos nenhuma indicação que a pessoa mude de religião e venha para nossa igreja. Ji-Paraná é testemunha disso e muitas pessoas que trabalham ali. Agora, nós fomos barrados e eu tenho um projeto muito grande, tenho um projeto, mas nós fomos barrados na burocracia e na dificuldade, nós não temos financeiramente condições de conseguir, hoje nós temos pouca gente, nós chegamos a ter trinta e seis pessoas internas, hoje para fazer um convênio é a maior dificuldade, porque as pessoas não dizem que não vão ajudar, mas dificultam a forma de fazer convênio. Por exemplo, Deputado, eu gostaria que o senhor revisse isso como Deputado tanto estadual como também aqui está a Secretária, para rever isso que é preciso de formar uma comissão, estão aqui os nossos policiais, autoridades máximas do nosso município,

precisa de formar uma comissão, que verificam quem está trabalhando legalmente e não dificultar no papel. Hoje nós não temos condições de fazer um convênio para sustentar pessoas, nós não temos condições de fazer um convênio para reforma e hoje para ter convênio é preciso ter um prédio de alvenaria, com blindex, com cerâmica. E eu fiz um prédio há dezessete anos, de imediato, Deputado, urgente, de madeira, para atender a demanda que estava com vinte oito pessoas no fundo da igreja. Então, a gente tem um projeto muito grande, está aqui a Dra. Ana Valéria que já nos ajudou e o Romildo que conhece o nosso trabalho, a Secretária conhece o nosso trabalho. Nós temos um projeto ainda muito grande pela frente para ser executado, mas nós paramos na burocracia, na dificuldade de conseguir convênio. Por exemplo: internar um menor e recuperar ele não é tão difícil, não é tão difícil, agora, o difícil é você acompanhar o menor depois que ele sai do Centro de Recuperação, porque ele vai para a família e a família às vezes é uma família desestruturada e para acompanhar é preciso de uma equipe, é preciso de veículo, é preciso de gasolina, é preciso de pagar as pessoas e isso as vezes fica em cima da Igreja e a Igreja não tem condições de cobrir tudo isso. Então, hoje nós vamos parar. Hoje tem mais Centros de Recuperação de dependentes químicos em Ji-Paraná, mas todos eles passam por dificuldades por causa da burocracia. Nós temos um grande projeto, a Vereadora Nair está ali, acompanhou de perto, nos ajudou, sabe que nós temos um grande projeto, mas nós estamos parados na burocracia, com dificuldade para poder continuar o nosso projeto. Agora, nós não temos nenhuma, Deputado Edvaldo, nós não temos nenhuma mentalidade, uma coisa que nós pregamos dentro do Centro de Recuperação é que as pessoas que saem dali procurem a família, a Igreja de origem de onde vieram, nós não ensinamos que a pessoa tem a obrigação de mudar de Igreja. Agora, ler a Bíblia e orar de manhã, meio-dia, de tarde, as pessoas perguntam: você tem uma clínica de recuperação? Eu digo não, eu tenho um Centro de Recuperação, clínica precisa ter médicos, precisa de ter tudo, agora nós temos um Centro de Recuperação. Qual é o meio que nós trabalhamos? Além da orientação, nós trabalhamos também com oração, leitura bíblica e oração, mas as pessoas não são obrigadas a se render, a se converter, é obrigado a fazer parte da reunião porque ele está ali dentro e depende fazer parte da reunião, mas não é obrigado ser Assembleia, não é obrigado a ser crente, não é obrigado a crer, se ele não crer não é obrigado a crer, é uma questão individual de cada pessoa. O nosso objetivo é recuperar.

Agora, para eu encerrar, vejam bem, há dezessete anos eu e *Gralha Azul* falei no rádio, nós temos que trabalhar em cima dessa situação Deputado, por que, por quê? Há dezessete anos, quando tinha um crime muito grande aqui em Ji-Paraná, todo mundo sabia que era marginal que vinha de fora. Eu falei: mas daqui pra frente, se nós não cuidarmos hoje, os maiores crimes vão ser dos nascidos que estão nos bairros aqui em Ji-Paraná, e é o que está acontecendo hoje, menino que naquela época de dezessete anos, quinze anos, estava como flanelinha fazendo alguma coisa aonde coloca carro, hoje são marginais perigosos, matando, roubando e a situação é complicadíssima. Agora, nós estamos à disposição, estamos à disposição das autoridades, temos um conhecimento vasto



na área, eu não sou Pastor por acaso e eu sou Pastor de grande sucesso, agora me aposentei, não sou mais Pastor Presidente, mas sou Pastor, estou lá auxiliando, ajudando, mas por acaso nós temos um sucesso aqui dentro de Ji-Paraná, temos grandes igrejas. Temos um projeto social grandíssimo que esse social eu continuo trabalhando nele, trabalhando lá, dando assistência social. Agora, Deputado, veja a possibilidade que haja comissões estaduais e municipais que verifiquem quem está trabalhando legalmente e que tenha direito e que abra mão e ajude porque nós temos condições sim de internar muitas pessoas e dar assistência e devolver para a sociedade, como nós devolvemos, há dezessete anos eu tirei aquele cabeludo da rua e hoje tem gente igual aquele. Tirei, há doze anos que estava na rua e devolvi para a família, mora lá no Pará, levei para a mãe e está lá até hoje e hoje tem mais gente no centro da cidade no mesmo Estado. Tem que tirar? Tem, mas temos condições? Não temos condições. Obrigado.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Senhoras e senhores, nós estamos partindo para o encerramento e antes da minha fala encerrando eu quero passar aqui à Dra. Ana Valéria, que tem alguns dados e algumas informações importantes, inclusive gostaria que constasse em ata a fala dela. Registrando aqui a presença e agradecer ao senhor Joaquim, que desde 1970 faz um trabalho em defesa dos idosos aqui. Fique de pé aí, seu Joaquim. O seu Joaquim está se aproximando, eu não sei, Dr. Delaías, pergunte aí, me parece que está se aproximando dos noventa anos de idade, é isso? Pergunte aí para ele. Oitenta e cinco, está se aproximando dos noventa anos de idade e nunca deixou de trabalhar em defesa dos idosos. Parabéns, seu Joaquim. Dra. Ana Valéria, por favor.

A SRA. ANA VÁLERIA DE QUEIROZ SANTIAGO ZIPARRO – É só lembrar o seguinte: o Conselho Nacional de Justiça esteve já em Ji-Paraná por duas vezes e já fez a recomendação de que a Vara da Infância ela deve ser dividida. Eu tenho que destacar sempre que muitas vezes as pessoas não sabem que a nossa Vara da Infância aqui em Ji-Paraná ela acumula também a parte civil. Então, divórcios, execução fiscal, execução comum como indenizações, todos também fazem parte. Eu acho que para um trabalho mais eficaz, já está comprovado, está decidido de que ter que haver essa divisão de Vara e agora o Conselho Nacional baixou um provimento número 36 que entrou em vigor agora, dia 24 de maio, dando prazo de noventa dias para que o nosso Tribunal faça um estudo em cidades com mais de cem mil habitantes, então seria o caso da nossa de Ji-Paraná, para que haja essa divisão. Então, eu espero que de fato aconteça. Hoje nós temos 471 processos da infância e cerca de 2.800 processos do civil, o que prejudica muito de repente a dedicação que nós deveríamos ter no Juizado da Infância e Juventude. Lembrando também que às vezes nós somos esquecidos como Comarcas de Terceira. Nós temos que ter outras Varas e temos que ter outras melhorias também no Poder Judiciário, mas hoje como o tema é Infância e Juventude, Mulher e Idoso, eu queria só dar este destaque para constar em ata e tenho certeza que o nosso Deputado depois vai dar um retorno desta nossa Audiência com soluções bem práticas. Obrigada.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores. Com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Edvaldo Soares, proponente desta Audiência Pública.

O SR. EDVALDO SOARES – Eu quero agradecer primeiramente a Deus mais uma vez por esta oportunidade; cumprimentar os senhores e senhoras que vieram para participar desta Audiência. A gente sabe das dificuldades que é deixar Porto Velho para estar aqui, então algumas pessoas vieram de Porto Velho aqui tão exclusivamente para participar desta Audiência e eu quero agradecer.

Cumprimentar o Jamil Leite, representante do IPRO, muito obrigado pela sua presença; o seu Manoel da Associação dos Idosos; o seu Daniel que falou aqui, uma fala maravilhosa, o grito do povo do Brasil; Dra. Fabiana, Delegada de Polícia que já foi embora; Vereador Menudo da Câmara Municipal de Nova Brasilândia; Sra. Maria Antônia Dias, Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; a Tenente-Coronel PM Elizabete, que também já foi, que aqui representou o PROERD, programa educacional; o Deputado Marcos Rogério, que também já foi; a senhora Jerusa Vargas da Silva, a quem eu gostaria de ter ouvido, Jerusa, porque o pouquinho que eu conversei com você em Porto Velho eu percebi que você tem muito conhecimento nessa área e muitos dados. Eu vi você chorando enquanto o seu Daniel falava aqui na tribuna, é uma pena que você não quis fazer uso da palavra, eu sei que você teria muita coisa aqui a nos ensinar. Pastor Jaime, já foi embora também; Vereador Lincoln Astrê que também já foi; Nair Barreto, diretora do *Shopping Cidadão* que ainda está aqui; Romildo Pereira, Secretário Regional que representa neste ato o Governador Confúcio; Zeca Borges, Presidente da Associação dos Deficientes Físicos da Amazônia Legal. Cumprimentando aqui algumas pessoas, Vereador Edivaldo Gomes que fez uso da palavra e falou muito bem, Vereador; Rosilene Silva, Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia, obrigado pela sua presença aqui; a Dra. Ana Valéria, Juíza de Ji-Paraná. Agradecer a Presidente da APAE; agradecer a Promotora Conceição; agradecer a nossa Secretária que aqui representa o Prefeito municipal. Agradecer o Vereador Joaquim Teixeira, meu amigo; Pastor Floriano; representante da OAB; todos vocês.

Imaginem os senhores que numa Audiência Pública desta para ser realizada, e eu não posso deixar de agradecer ao Cerimonial, na pessoa da Regina, da Cesinélia, Rodrigo, Lenilson, Madalena, Néia, Fred, ao Paulo que são os garçons. Assessoria de imprensa, ao Paulo Ayres e aí cumprimento toda a imprensa de Ji-Paraná, o Maique, Liliane, Igor, Cláudio. Cumprimento os seguranças do Departamento de Polícia Legislativa que nos acompanham, o Marcos Bahia, o Tenente Figueiredo, o Cristóvão, o J. Cláudio, Iohan. Mairinque também agradecer. Servidores da Secretaria Legislativa, o Carlos Manvailer, Maria Iris, Manoel Kid, Milson Alves, Mário Estélio, Gláucia, Joanilce, Cida, Ivoni, Elizete, Rafael. A equipe do Vereador Joaquim Teixeira e também a minha equipe que fica em Ji-Paraná e também a minha equipe que veio de Porto Velho que faz parte da comissão também como o Dr. André que aqui está a minha esquerda, a Osmarina, enfim, todos. Quero cumprimentar todos e agradecer imensamente, não tem mais o que falar, depois que nós ouvimos aqui, eu anotei

atentamente tudo que foi falado, evidentemente apontando algumas coisas que entendi que é muito importante. E dizer aqui, Dra. Ana Valéria, Promotora, que realmente esta Audiência Pública ela vai marcar, porque, como foi dito aqui, são quinze anos, quinze anos que não há uma Audiência Pública em Ji-Paraná neste sentido vindo Assembleia Legislativa. Então, Vereador Edvaldo, eu fico muito feliz por isso e a gente percebe que as coisas começam a mudar. Quando nós entregamos um veículo para o PROERD foi falado que há doze anos o PROERD nunca recebeu um veículo. Ela está dizendo que é quinze anos que ela está na Infância e trinta e seis anos... Então, eu fico muito feliz, não para me exaltar, não é nada disso, porque eu vejo que a nossa sociedade começa a mudar. Nós começamos, Vereador Joaquim, a criar um novo conceito de política em Rondônia e quando eu falo do alinhamento político, quando eu falo da junção política, eu estou falando de resultados e resultados nós temos que buscar, fazer realmente com que aquilo que é inédito aconteça. Anteontem nós estivemos em Guajará-Mirim assinando um decreto junto com o Governador, Romildo, o Governador Confúcio, assinando um decreto de uma indicação minha na Assembleia, que é um projeto. Primeiro projeto do Brasil, o primeiro projeto do Brasil, foi assinado em Guajará-Mirim, tornando Guajará-Mirim zona franca. Por que isso é? Porque nunca ninguém fez, teve alguém que levantou a voz e fez, então é assim que tem que ser, a gente tem que mudar o conceito de política e nesse quesito eu quero agradecer a cada um de vocês que falaram e que vieram participar e dizer que o meu mandato, nós queremos fazer um mandato participativo. A Assembleia Legislativa, e aqui eu faço um agradecimento ao Presidente Hermínio Coelho, que não mediu esforços para que esse evento fosse realizado aqui. Queremos fazer um trabalho participativo onde a sociedade é que tem que dizer. Ouvi atentamente quando aquele cabeça branca falou aqui, ele disse assim: *não adianta você vir aqui pedir para plantar mandioca quando na verdade tem que plantar banana...* É isso mesmo, é simples, nós não podemos chegar na sociedade e querer empurrar goela abaixo algo que não é o que a sociedade está precisando. O que a sociedade está precisando, Dr. Delaías, é isso que eu anotei aqui algumas coisas. A internação do adolescente para ressocialização; a capacitação do sócioeducador, planejamento; casa de acolhimento à mulher, como disse a Juíza; Centro de Desintoxicação química, como disse a Promotora, e, enfim, eu anotei isso aqui.

Então, o que a sociedade precisa é fazer aquilo que a sociedade clama, não aquilo que nós políticos achamos. Tem até uma história legal que diz que o político chegou e disse: *eu vou construir uma ponte aqui, não, mas aqui não tem rio. Não, a gente faz um rio.* Ora, vamos mudar esse conceito de política, política se faz com o povo, política se faz ouvindo as classes. E eu não quero me estender para não ser demorado com os senhores e senhoras. Mas eu quero dizer que estou muito feliz por esta Audiência aqui, muito feliz, estou realizado, porque eu tenho certeza que a partir deste relatório nós estaremos convocando outros debates para que nós realmente possamos fazer simples, o problema é fazer simples, as pessoas querem complicar, burocratizar, temos que fazer simples. A lei diz que tem que ter, tem que ter, é só colocar a lei em prática, para quê ficar criando, inventando, fazendo... não adianta reinventar a roda, tem que colocar em prática tudo que está na lei, o idoso

não pode parar num ponto de ônibus e na hora que o ônibus arranca o idoso fica com o pé dentro do ônibus e outro embaixo, é desrespeito ao idoso. O idoso, a mulher não pode chegar numa fila ou num estabelecimento comercial e não ter uma placa dizendo que o idoso tem o privilégio, que a mulher tem privilégio, não pode, é isso que nós temos que fazer na sociedade, fazer valer as leis que existem, não vamos reinventar nada, vamos fazer acontecer aquilo que diz a lei e assim teremos uma sociedade melhor.

Muito obrigado. Deus abençoe.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Bom, senhores e senhoras, mais uma vez com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Edvaldo Soares para encerrar esta Audiência Pública e desde já agradecemos a presença de todas as senhoras e senhores.

O SR. EDVALDO SOARES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada esta Audiência Pública. Muito obrigado a todos. Que Deus abençoe.

**(Às 12:46h encerra-se esta Audiência Pública)**

## ADVOCACIA GERAL

**Extrato SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º. 017 / ALE / 2008**

**Processo Administrativo nº 00801 / 2003 (5º volume)**

LOCATÁRIA: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

LOCADORA: MOISÉS BENNESBY.

OBJETO: tem por objetivo a alteração do procurador do locador, bem como acrescentar informação à cláusula terceira do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº. 017/ALE/2008, tendo em vista a anulação parcial da Nota de Empenho n. 2014/NE00010 que foi emitida à empresa Vivenda Imóvel, que administrava o imóvel alugado, sendo emitida nova nota de empenho ao proprietário do imóvel Com isso, houve a necessidade de alteração da classificação da parte contratada e da cláusula citada

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do contrato originário 017/ALE/2008.

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente **SEXTO TERMO ADITIVO** às fls. 13 do Livro de Registro de Termos Aditivos do ano de 2014, da Advocacia Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Porto Velho, 03 de junho de 2014.

LOCATÁRIA: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia  
Deputado José Hermínio Coelho - Presidente  
Arildo Lopes da Silva – Secretário-Geral

LOCADORA: Moisés Bennesby  
Guido de Freitas Castelo Branco -  
RG n. 55.361 SSP/RO - Procurador

Visto:  
Celso Ceccatto – Advogado-Geral ALE/RO

## SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**Republicação da Ata de Registro de Preço nº 004/2014/ALE-RO por incorreção na quantidade registrada para o Item 03 (Açúcar cristal granulado) publicada no DO-e - ALE/RO, nº 085, de 04 de junho de 2014, pág. 1026/1029.**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2014/ALE-RO  
PROCESSO N.º 00365/2014-44  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2014/ALE/RO**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA (ALE/RO), denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, inscrito no CNPJ

sob o Nº 04.794.681/0001-68, com sede na Rua Major Amarantes nº 390 - Bairro Arigolândia, CEP: 76.801-911 - Porto Velho-RO, representada neste ato por seu Presidente, Deputado **JOSÉ HERMÍNIO COELHO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 1.206.980 SSP/RO, CPF nº 117.618.978-61, e de outro lado a empresa abaixo qualificada, denominada **FORNECEDOR**, firmam esta Ata de Registro de Preços, conforme Termo de Homologação exarado às fls. 195 do Processo Administrativo nº **00000365/2014-44**, sob a regência das Leis Federais nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei 10.520/02 e do Decreto 7.892/2013, visando o **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos do referido Edital e seus anexos, conforme as cláusulas e condições a seguir.

### DO OBJETO – CLÁUSULA PRIMEIRA

**1.1** - A presente ata tem por objeto o **Registro de Preços** para futura e eventual aquisição de materiais de copa e cozinha, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº **007/2014/ALE/RO** e Proposta do **FORNECEDOR**, os quais independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

### FORNECEDOR:

| EMPRESA:             | GUARÁ DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |       |     |             |                 |                 |  |
|----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-----|-------------|-----------------|-----------------|--|
| CNPJ:                | 14.883.022/0001-51                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |       |     |             |                 |                 |  |
| ENDEREÇO:            | Rua Alexandre Guimarães Nº 5118 - Bairro Agenor de Carvalho, Porto Velho<br>CEP: 76.820-221                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |       |     |             |                 |                 |  |
| TELEFONE:            | (69) 3225-8028 FAX (69) 3225-8472                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |       |     |             |                 |                 |  |
| PESSOA PARA CONTATO: | GODOFREDO GONÇALVES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |       |     |             |                 |                 |  |
| RG:                  | 17404 SSP/RO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |       |     |             |                 |                 |  |
| CPF:                 | 534.362.102-34                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |       |     |             |                 |                 |  |
| EMAIL:               | distribuidoraguara00@gmail.com                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |       |     |             |                 |                 |  |
| ITEM                 | OBJETO/ESPECIFICAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | QNT   | UND | MARCA       | VALOR UNIT. R\$ | VALOR TOTAL R\$ |  |
| 01                   | COPO DESCARTÁVEL capacidade 50ml, fabricado em poliestireno, material atóxico e 100% reciclável, aplicação café, peso mínimo 0,75g, fabricado segundo as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) – NBR 14.865: 2002 – Copos Plásticos Descartáveis (pacote com 100 unidades acondicionadas em caixa com no máximo 50 pacotes). Tal norma deverá ser identificada nas embalagens dos copos plásticos. | 5.000 | CT  | Total Plast | 1,28            | 6.400,00        |  |



|                                                                                                 |    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |       |     |            |       |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-----|------------|-------|-----------|
| LOTE ÚNICO                                                                                      | 02 | <b>PAPEL TOALHA</b> , com duas (02) dobras, (interfolhas) celulose 100% fibra virgem, não podendo conter nenhum percentual de material reciclado, na cor branca, alta capacidade de absorção, formato mínimo de 20x21 cm2 por folha, com variação admissível de 0,5 cm nas medidas, pacote com 1.000 folhas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 8.000 | PCT | Trevo      | 9,00  | 72.000,00 |
|                                                                                                 | 03 | <b>AÇÚCAR CRISTAL GRANULADO</b> , embalagem com 2 kg, validade mínima de 01 ano, a partir do momento da entrega.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 6.000 | KG  | Barralcool | 1,86  | 11.160,00 |
|                                                                                                 | 04 | <b>CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO</b> , do tipo Superior, de primeira qualidade, extraforte tipo exportação, embalado a vácuo puro, normas técnicas e laudo de classificação efetuado pela ABIC, com as seguintes características: 100% de café arábica; bebida (sabor) do tipo intenso; Embalagem tipo alto vácuo puro em pacote aluminizado, pacote com 500g, com selo ABIC. Deverá constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade, que deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses; No ato da entrega do produto, poderão ter transcorrido, no máximo, 60 (sessenta) dias da data de sua fabricação. | 4.000 | KG  | Caboclo    | 15,60 | 62.400,00 |
| <b>VALOR TOTAL=&gt;R\$ 151.960,00 (Cento e cinquenta e um mil novecentos e sessenta reais).</b> |    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |       |     |            |       |           |

1.2 - A existência de preços registrados não obriga a **ALE/RO** a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições (Art. 64, § 1º da Lei 8.666/93).

1.3 - Os preços registrados poderão ser revistos sendo de responsabilidade do gestor da avença a negociação com o contratado, observada as disposições contidas na alínea "d" do Inciso II do **caput** do art. 65 da Lei 8.666/93 (Art. 17 do Decreto Nº 7.892/13).

1.4 - O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado** na Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem (§ 4º, do art. 22 do Decreto nº 7.892/13).

1.5 - É **vedado** efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 (§ 1º, do art. 12 do Decreto nº 7.892/13).

1.6 - O órgão Gerenciador somente poderá autorizar adesão à Ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da Ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador (§5º, do art. 22 do Decreto 7.892/13).

## DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA - CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 - Sempre que julgar necessário, a **ALE/RO** solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento do material registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Ordem de Fornecimento;

2.2 - A Nota de Empenho será enviada via e-mail de forma digitalizada, quando o Fornecedor tiver sede fora desta capital, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso o Fornecedor tenha sede nesta Cidade a Nota de Empenho deverá ser retirada na **Secretaria Administrativa**, situado na Rua Major Amarantes nº 390, Bairro Arigolândia, nesta Capital de Porto Velho/RO, no prazo de 2 (dois) dias, contado a partir da convocação;

2.3 - O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo **FORNECEDOR** durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela ALE/RO;

2.4 - A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis;

2.5 - O prazo para entrega dos materiais será de no máximo de **15 (quinze)** dias, contados a partir da data de recebimento da Nota de Empenho;

2.6 - A entrega dos materiais deverá ser efetuada nas dependências da Divisão de Material e Patrimônio da Assembleia Legislativa desta **ALE/RO**, situado na Rua Elias Gorayeb, 620, Bairro Nossa Senhora das Graças – Porto Velho/RO, telefone (69) 3216-2850;

2.7 - O **FORNECEDOR** responsabilizar-se-á pela qualidade do material cotado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;

2.8 - O recebimento do material no almoxarifado é de forma provisória, sendo o mesmo recebido de forma definitiva, a partir da certificação da nota fiscal pela **Comissão de Recebimento de Materiais, Bens e Serviços da ALE/RO**;

2.9 - Os materiais deverão conter especificações das características peculiares de cada lote e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias, especificações de peso, medida, quantidade, cor, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações que se fizerem necessárias para a perfeita utilização dos mesmos;

#### **OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR - CLÁUSULA TERCEIRA**

3.1 - O **FORNECEDOR** deverá manter as condições de habilitação estabelecidas no edital, podendo ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.

#### **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - CLÁUSULA QUARTA**

4.1 - O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, até 10 (dez) dias úteis, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, devidamente certificada pelo setor competente da **ALE/RO** que deverá vir acompanhada da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - **CND**, do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (pessoa jurídica), certidão negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**), bem como outras Certidões que vierem a ser obrigatórias por lei, desde que tenham correlação com o objeto, devendo ser apresentados todos esses documentos dentro dos respectivos prazos de validade.

4.2 - As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (**Simple Nacional**), deverão apresentar a cada pagamento, Declaração em duas vias, na forma do **Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234**, de 11/01/2012 (artigo 4º, inciso XI, c/c artigo 6º).

4.3 - Nenhum pagamento será efetuado ao **FORNECEDOR**, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

4.4 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

4.5 - No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverão constar as marcas dos materiais, os valores unitários e totais e o número do processo que deu origem à aquisição;

4.6 - Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa tome as medidas saneadoras necessárias;

#### **DA VIGÊNCIA - CLÁUSULA QUINTA**

5.1 - O prazo de vigência da presente Ata será de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação no D. O – e – ALE/RO.

#### **DO GESTOR E FISCALIZAÇÃO - CLÁUSULA SEXTA**

6.1 - Na forma do que dispõe o artigo 67, da Lei nº 8.666/93, fica designado como gestor e fiscal do contrato o chefe da **Divisão de Almoxarifado e Patrimônio** e, na sua ausência legal e regulamentar, o substituto eventual, os quais serão designados pelo **Secretário Geral** nos autos do processo administrativo, com autoridade para exercerem em nome da **ALE/RO** toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

6.2 - As ações de acompanhamento e fiscalização não exoneram o **FORNECEDOR** de suas responsabilidades contratuais.

#### **DO FORO - CLÁUSULA SÉTIMA**

7.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de **Porto Velho/RO**, como único competente para dirimir as questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preço, com renúncia expressa a qualquer outro.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias.

Porto Velho, 27 de maio de 2014.

#### **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Deputado José Hermínio Coelho – PRESIDENTE

Arildo Lopes da Silva  
SECRETÁRIO GERAL – ALE/RO

#### **GUARÁ DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME**

Godofredo Gonçalves - Representante Legal

**Aprovo:** ADVOCACIA GERAL/ALE

**SUP. DE RECURSOS HUMANOS****ATO Nº1242/2014-SRH/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 10 e 21 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

**A L T E R A R**

A composição da Comissão Especial de Recebimento de Materiais, Bens e Serviços da Assembleia Legislativa, instituído pelo ATO nº 0771/2014-SRH/P/ALE, publicado no Diário Oficial da ALE-RO nº 067 de 09/05/2014.

**Presidente:** IRIMAR INAJOSA FERREIA  
**Membros:** JOSE HERONIDAS DE OLIVEIRA  
MAGNALDO SILVA DE JESUS  
GLIMANES BENTES PEREIRA  
**Secretaria:** AURIANA GALVAO DA SILVA

Porto Velho, 03 de junho de 2014.

**JOSE HERMÍNIO**                      **ARILDO LOPES DA SILVA**  
PRESIDENTE                      SECRETARIO GERAL

**ATO Nº1265/2014-SRH/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

**N O M E A R**

**JESSICA TOLENTINO PAES MINGARDO**, para exercer o Cargo de Provedor em Comissão de Secretária de Apoio, código DGS-9, no Gabinete da Secretaria Administrativa, a partir de 02 de junho de 2014.

Porto Velho, 04 de junho de 2014.

**JOSE HERMÍNIO**                      **ARILDO LOPES DA SILVA**  
PRESIDENTE                      SECRETARIO GERAL

**ATO Nº1244/2014-SRH/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 10 e 21 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

**A L T E R A R**

A Composição da Comissão Especial de Baixa de Bens Permanentes móveis, instituída pelo ATO nº 0222/2014-SRH/P/ALE, publicada no Diário Oficial da ALE/RO nº 025 de 25/02/2014.

**Presidente:** FREDSON BARROSO FREIRE  
**Membros:** MARCOS ANTONIO DO NASCIMENTO GONZAGA  
SANDRA VIANA TELES  
JOAO BATISTA DA COSTA FILHO

**Secretario:** JOSIVAL RODRIGUES SILVA

Porto Velho, 03 de junho de 2014.

**JOSE HERMÍNIO**                      **ARILDO LOPES DA SILVA**  
PRESIDENTE                      SECRETARIO GERAL

**ATO Nº1243/2014-SRH/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 10 e 21 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

**A L T E R A R**

A composição da Comissão de Tomada de Conta Especial, instituída pelo ATO nº 0210/2014-SRH/P/ALE, publicado no Diário Oficial da ALE-RO nº 027 de 27/02/2014.

**Presidente:** CALIL MACHADO SANTANA  
**Membros:** GRACE APARECIDA FERNANDES SILVA  
HIGO STEPHANYE GONÇALVES  
JESSICA TOLENTINO PAES MINGARDO

**Secretario:** ALEXANDRO CARLOS GOMES

Porto Velho, 03 de junho de 2014.

**JOSE HERMÍNIO**                      **ARILDO LOPES DA SILVA**  
PRESIDENTE                      SECRETARIO GERAL